



PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA-ES	
PROCOLO Nº <u>29191/2023</u>	
Recebido em:	<u>11/08/2023</u>
Horário:	<u>11:07</u> horas
Rubrica:	<u>[Signature]</u>

PROJETO DE LEI Nº 11 DE 11 DE AGOSTO 2023.

INSTITUI O NOVO PLANO
DIRETOR MUNICIPAL – PDM –
DE NOVA VENÉCIA, ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO,
INSTRUMENTO BÁSICO DA
POLÍTICA DE
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL.

O PREFEITO DE NOVA VENÉCIA – ES, no uso de suas atribuições legais, FAZ saber que a Câmara Municipal de Nova Venécia – ES, APROVA e ele SANCIONA a seguinte Lei.

TÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta lei institui o novo Plano Diretor Municipal de Nova Venécia-ES, que contém as diretrizes básicas da política de desenvolvimento em atendimento às disposições do artigo 182 da Constituição Federal e do Capítulo III da Lei Federal n.º 10.257 de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 2º O Plano Diretor Municipal é o instrumento de organização do espaço territorial do Município de Nova Venécia-ES, constituindo-se nas diretrizes básicas da política de desenvolvimento e, combinado às leis municipais específicas, integram o processo de planejamento e organização a ser aplicado visando alcançar o desenvolvimento sustentável, a função social da cidade e da propriedade, devendo orientar as ações dos agentes públicos e privados.

Art. 3º O Plano Diretor Municipal integra o processo de planejamento, devendo o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual do Município de Nova Venécia-ES incorporar as diretrizes e prioridades estabelecidas nesta lei.

Art. 4º Integram o planejamento e a gestão municipal, além das disposições constantes nesta lei, os seguintes instrumentos legais:

I – lei que dispõe sobre o uso, ocupação e parcelamento do solo;

II – código municipal de meio ambiente;

III – plano plurianual;

IV – diretrizes orçamentárias e orçamento anual;

V – gestão orçamentária participativa;

VI – planos, programas e projetos setoriais;

VII – lei de perímetro urbano;

VIII – código de obras e edificações;

IX – código de posturas;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



X – leis orçamentárias municipal;

XI – diagnóstico socioambiental.

Parágrafo único. Outras leis e decretos poderão integrar o planejamento e a gestão municipal, desde que tratem de matéria pertinente ao crescimento e/ou desenvolvimento econômico urbano e rural.

Art. 5º A Política de Desenvolvimento do Município de Nova Venécia-ES rege-se pelos seguintes princípios gerais:

I – justiça social e redução das desigualdades sociais e regionais;

II – inclusão social, compreendida como garantia de acesso a bens, serviços e políticas sociais a todos os munícipes;

III – direito universal à cidade, compreendendo o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer;

IV – garantia das funções sociais da cidade e cumprimento da função social da propriedade;

V – justa distribuição dos ônus e benefícios da urbanização e recuperação, para a coletividade, das valorizações imobiliárias que decorram de investimento público;

VI – direito universal à moradia digna;

VII – universalização da mobilidade e acessibilidade;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



VIII – prioridade ao transporte coletivo público;

IX – preservação, recuperação e restauração do ambiente natural;

X – fortalecimento do setor público, recuperação e valorização das funções de planejamento, articulação, monitoramento e controle;

XI – articulação das estratégias de desenvolvimento do município no contexto do Estado do Espírito Santo;

XII – descentralização das atividades urbanas, com a disseminação de bens, serviços e infraestrutura no território do município, considerados os aspectos locais;

XIII – desenvolvimento econômico, orientado para a criação e a manutenção de emprego e renda, mediante o incentivo à implantação e à manutenção de atividades que o promovam;

XIV – equidade no tratamento das inter-relações entre o urbano e o rural;

XV – da dignidade da pessoa humana;

XVI – qualificação da infraestrutura disponibilizada à zona rural, visando fortalecer e fomentar as atividades relacionadas aos produtos regionais e conferir maior qualidade de vida à população local com qualificação da mão de obra, incentivo ao associativismo e cooperativismo;

XVII – promoção do desenvolvimento ambiental com a qualificação da infraestrutura necessária a dotar o território de maior resiliência acerca das mudanças climáticas ou de eventos adversos;

XVIII – fomentar o desenvolvimento tecnológico e científico, com vistas a tornar o Município de Nova Venécia-ES referência na região;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



XIX – preservação aos ambientes públicos, a fim de garantir a qualidade de vida urbana e rural.

Art. 6º Integram esta lei os anexos I e II com a seguinte denominação:

I – Anexo I – Planta do Macrozoneamento do Município de Nova Venécia-ES;

II – Anexo II – Planta do Perímetro Urbano da Cidade de Nova Venécia-ES, Sede do Distrito de Guararema, Sede do Distrito de Santo Antônio do XV, Patrimônio do Bis, Cedrolândia, Boa Vista, Água Limpa, Poção, Cristalino, São Gonçalo e São Luís Reis.

**CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS E DIRETRIZES**

Art. 7º São objetivos gerais do Plano Diretor:

I – ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e de seus bairros, dos distritos e dos aglomerados urbanos;

II – elevar a qualidade de vida urbana, garantindo o bem-estar de seus habitantes, no que se refere à saúde, à educação, à cultura, ao esporte e lazer, às condições habitacionais, à infraestrutura e aos serviços públicos;

III – compatibilizar o crescimento e o desenvolvimento econômico e social com a preservação ambiental, a qualidade de vida e o uso racional dos recursos ambientais;

IV – reduzir as desigualdades existentes entre as regiões urbanas do Município de Nova Venécia-ES;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



V – democratizar o acesso à terra e a habitação, estimulando a oferta de moradias de interesse social;

VI – promover o desenvolvimento institucional com a estruturação de um sistema municipal de planejamento e gestão urbana;

VII – aumentar a eficácia da ação pública municipal, promovendo a integração entre as políticas setoriais;

VIII – disciplinar a ocupação e o uso do solo, através da introdução de normas urbanísticas, em consonância com o meio ambiente e a infraestrutura disponível;

IX – incentivar a implantação de atividades produtivas de forma sustentável, expandindo o mercado de trabalho de maneira equilibrada no território e socialmente inclusiva.

Art. 8º Para atingir os objetivos gerais deste Plano Diretor, ficam estabelecidas as seguintes diretrizes gerais:

I – gestão democrática e participativa da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

II – cooperação com outros municípios, consórcios, com a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

III – planejamento do crescimento do desenvolvimento da cidade, distritos e aglomerados urbanos, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município de Nova Venécia-ES, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



IV – acesso à moradia, com a oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

V – ordenação e controle do uso do solo, evitando:

a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;

b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;

c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana;

d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente;

e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;

f) a deterioração das áreas urbanizadas;

g) a poluição e a degradação ambiental;

VI – integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município de Nova Venécia-ES;

VII – adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município de Nova Venécia-ES;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



VIII – garantia do direito a cidade sustentável, entendido como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

IX – adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento do município, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar social geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;

X – recuperação dos investimentos do Poder Público Municipal, através de Contribuição de Melhoria, que tenha resultado em valorização de imóveis urbanos;

XI – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

XII – audiência do Poder Público Municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;

XIII – promoção de regularização fundiária de loteamentos irregulares, melhorando o sistema habitacional do Município de Nova Venécia-ES;

XIV – regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e de edificação considerando a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;

XV – simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias permitindo a redução dos custos e o aumento da oferta de lotes e unidades habitacionais;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



XVI – isonomia de condições gerais para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativas ao processo de urbanização, atendido o interesse social.

Art. 9º Para implementação da política municipal de desenvolvimento, são adotadas as seguintes linhas estratégicas:

I – consolidar o Município de Nova Venécia-ES como polo regional de atividades produtivas e geradoras de emprego e renda, mediante o desenvolvimento sustentável das atividades econômicas;

II – estabelecer o cenário de desenvolvimento do Município de Nova Venécia-ES, definindo as atividades rurais, urbanas e de preservação, compatíveis com o significado social da propriedade da terra;

III – definir o uso e ocupação do solo do Município de Nova Venécia-ES considerando a necessidade de proteção:

a) das nascentes e das áreas de recarga de aquíferos superficiais e subsuperficiais;

b) das margens dos rios e lagos, das várzeas, da área de influência das unidades de conservação e de paisagens de interesse ambiental do Município de Nova Venécia-ES;

c) da capacidade do meio de dissipar e de diluir os efluentes líquidos, sólidos e gasosos emitidos pelas atividades antropogênicas.

IV – consolidar as áreas urbanas do Distrito Sede, do Distrito de Guararema e do Distrito de Santo Antônio do XV, e seus núcleos urbanos, priorizando a ocupação das áreas já constituídas e dos vazios urbanos entre elas, inclusive mediante a promoção de programas de construção de habitação de interesse social que venham a integrar os novos moradores aos locais de trabalho e aos equipamentos públicos;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



V – promover a expansão urbana da cidade de Nova Venécia-ES maximizando o aproveitamento das novas áreas e minimizando os efeitos negativos da urbanização sobre os cursos d'água, áreas de recarga de aquíferos e lagos sobre demais recursos naturais significativos, incluindo-se a preservação, proteção e recuperação da flora e das faunas nativas, incluindo as Zonas Especiais de Interesse Ambiental;

VI – dinamizar o centro urbano da cidade de Nova Venécia-ES e de lugares nos bairros com características de centralidade, mediante a definição de áreas a serem adensadas, de modo a favorecer a concentração de atividades econômicas e a formação de subcentros e, entre eles, de corredores de comércio e serviço;

VII – definir áreas, através de zoneamento específico, que serão objeto de uso e ocupação especiais, em função de condições de fragilidade ambiental, do valor cênico paisagístico e do interesse social;

VIII – criar condições para o estabelecimento de uma política habitacional que contemple tanto a produção de novas habitações, em localização e condições dignas, como a regularização e urbanização das ocupações informais;

IX – definir os instrumentos, as diretrizes e as bases territoriais que permitam regularizar os assentamentos populares, permitindo a diversidade de formas de ocupação no Município de Nova Venécia-ES;

X – disciplinar a expansão das áreas industriais já existentes e criar novas áreas industriais, de maneira a obter facilidade de escoamento da produção e evitar conflitos com outros usos;

XI – estabelecer a hierarquia da estrutura viária, de forma a permitir a circulação rápida, segura e eficiente das pessoas e de veículos, compatibilizando as vias existentes com a abertura de novas vias estruturais a serem implantadas;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

XII – valorizar a paisagem do Município de Nova Venécia-ES, por meio da manutenção da horizontalidade das ocupações urbanas;

XIII – incentivar a convivência de múltiplos usos, observando-se as diferentes características de cada aglomeração urbana, o sistema viário e as condições ambientais e de salubridade;

XIV – conceder incentivos especiais à produção de habitação de interesse social de maneira a garantir o aumento da oferta de solo urbano;

XV – fortalecer a identidade do Município de Nova Venécia-ES, sua cultura, história, paisagem, inclusive como forma de aumentar a atratividade turística;

XVI – proteger e recuperar as margens do Rio Cricaré para a população veneciana, com ênfase para a área dentro do perímetro urbano, observando-se a preservação ambiental e a vocação do local;

XVII – estabelecer diretrizes diferenciadas de uso e ocupação para as áreas rurais, tomando como premissa as características ambientais, a aptidão agrícola e o tipo de produção agropecuária;

XVIII – garantir que a infraestrutura básica adequada, presente na cidade, estenda-se ao meio rural, com especial atenção aos assentamentos, desde que devidamente aprovados pelo órgão competente;

XIX – promover a remoção e relocação da população e as edificações das margens dos rios e áreas que se encontram classificadas como de risco, em encosta nas regiões urbanas e rurais, para prevenir a ocorrência de inundações, enchentes, deslizamentos e promover a recuperação das áreas degradadas;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

XX – promover a catalogação e a preservação da diversidade cultural, apoiando as tradições artísticas – culturais, artistas populares, produtores e centros de cultura local;

XXI – aplicar os instrumentos urbanísticos, jurídicos, tributários e financeiros, de modo a viabilizar a implementação da política de desenvolvimento urbano do Município de Nova Venécia-ES;

XXII – promover e incentivar o desenvolvimento turístico em todas modalidades, incluindo:

a) a preparação da infraestrutura e implantação de equipamentos para a promoção do turismo religioso, agroecológico, gastronômico e outros afins, considerando o potencial de cada região do Município de Nova Venécia-ES;

b) o incentivo à capacitação profissional para participação na cadeia produtiva do turismo regional.

CAPÍTULO III

DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

Art. 10. A função social da propriedade, urbana e rural, se dará pelo pleno exercício por todos dos direitos à terra, aos meios de subsistência, ao trabalho, à saúde, à educação, à cultura, à moradia, à proteção social, à segurança, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao saneamento, ao transporte público, ao lazer, à informação e aos demais direitos assegurados pela legislação vigente para as presentes e futuras gerações.

I – o exercício dos direitos inerentes à propriedade se submete aos interesses da coletividade;

II – atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas nesta lei e na legislação dela decorrente, em especial quando promove:



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



- a) adequação do direito de construir às normas urbanísticas, aos interesses sociais e aos padrões mínimos de parcelamento, uso e ocupação do solo e de construção estabelecidos em lei;
- b) a compatibilidade do uso da propriedade com a infraestrutura, equipamentos e serviços públicos disponíveis, com a preservação do meio ambiente e recursos naturais e com a segurança, bem-estar e saúde de seus usuários e vizinhos;
- c) a recuperação da valorização acrescida pelos investimentos públicos à propriedade particular;
- d) a promoção do adequado aproveitamento dos vazios urbanos e dos terrenos subutilizados;
- e) a justa distribuição dos benefícios e dos ônus do processo de urbanização;
- f) a compatibilidade do uso da propriedade com a preservação da qualidade ambiental, urbana e rural.

III – promoção da qualidade de vida e do meio ambiente como forma de resguardar a saúde.

IV – uso adequado à disponibilidade dos equipamentos comunitários, transporte e serviços públicos aos interesses e necessidades da população e às características locais, atendendo aos parâmetros urbanísticos definidos pelo ordenamento territorial.

**TÍTULO II
DAS DIRETRIZES PARA AS POLÍTICAS SETORIAIS**



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



**CAPÍTULO I
DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Art. 11. O Município de Nova Venécia-ES promoverá o desenvolvimento econômico sustentável visando a adequada geração e arrecadação de tributos e a distribuição de oportunidades de trabalho e geração de emprego e renda em todo o território de maneira diversificada e complementar para fomentar o desenvolvimento e o crescimento de seu território, com base nas seguintes diretrizes:

I – articular as diversas políticas sociais com a política de desenvolvimento econômico, potencializando as ações públicas e compatibilizando crescimento econômico com justiça social, desenvolvimento social, cultural e equilíbrio ambiental;

II – sedimentar a vocação dos distritos através da valorização das suas características culturais, ambientais, turísticas e de produção e do fortalecimento das atividades econômicas e da adoção de políticas voltadas a qualificação da vida local, promotoras da fixação da população residente;

III – promover a integração de todo o espaço territorial, com a identificação de vocações locais e a adoção de políticas de incentivo a essas atividades, fortalecendo os arranjos produtivos locais existentes e fomentar a constituição de novas cadeias produtivas, respeitadas as restrições ambientais e de vizinhança;

IV – priorizar planos, programas e projetos que visem a geração de empregos e renda;

V – fomentar iniciativas que visem atrair investimentos, públicos ou privados, nacionais e estrangeiros;

VI – promover condições de competitividade do Município de Nova Venécia-ES na absorção de empreendimentos de âmbito regional;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

- II** – aproveitar o potencial turístico do Município de Nova Venécia-ES, divulgando roteiros, apoiando e promovendo eventos culturais, históricos, esportivos, ecológicos e religiosos;
- III** – promover e orientar a implantação de equipamentos de apoio ao desenvolvimento da atividade turística, priorizando a instalação de centro de eventos;
- IV** – desenvolver estudos de viabilidade econômica e ambiental das Unidades de Conservação e das tidas como patrimônio municipal, situadas em seu território, para implementação de políticas de turismo agroecológico;
- V** – apoiar, por meio de incentivos, a recuperação e restauração de equipamentos de interesse cultural, paisagístico, histórico, esportivo;
- VI** – incentivar as ações de formação, capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos, visando o aprimoramento da prestação de serviços vinculados ao turismo;
- VII** – sistematizar o levantamento e atualização de dados e informações de interesse para o desenvolvimento turístico no Município de Nova Venécia-ES;
- VIII** – melhorar a infraestrutura, desenvolver roteiros e implantar sinalização turística conforme padrões e especificações técnicas pertinentes;
- IX** – instalar postos de informação turística e implantar a sinalização adequada às necessidades das atividades turísticas na área urbana e rural;
- X** – intensificar a utilização dos equipamentos culturais municipais e espaços públicos como mecanismos de universalização da atividade cultural;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

XI – incentivar e apoiar as manifestações culturais do Município de Nova Venécia-ES, que contribuam para elevação da qualidade de vida da população, levando em conta a diversidade cultural existente;

XII – reconhecer as áreas de interesse ambiental natural, de valor paisagístico e histórico;

XIII – desenvolver o turismo gastronômico sustentável;

XIV – promover e fortalecer o turismo de base comunitária do agroturismo;

XV – desenvolver estratégias regionais de desenvolvimento conjunto do turismo, através de Consórcio Intermunicipal com os demais Municípios da região.

Parágrafo único. O Plano de Turismo de que trata o inciso I deste artigo deverá dispor, no mínimo, sobre o seguinte:

I – caracterização e consolidação do perfil do turista que frequenta o Município de Nova Venécia-ES;

II – programação de atividades esportivas, de lazer, culturais, religiosas e ecológicas adequadas ao perfil do turista e às potencialidades do Município de Nova Venécia-ES;

III – plano de formação de pessoal para atuar na área turística;

IV – programa de promoção e divulgação;

V – calendário de eventos.

Art. 13. O Município de Nova Venécia-ES apoiará e incentivará o turismo, reconhecendo-o como forma de promoção social, cultural e econômica.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PRÉFEITO**

Parágrafo único. São eventos que devem orientar a promoção do turismo, principalmente:

I – carnaval;

II – festa da cidade;

III – comemorações natalinas;

IV – réveillon.

**SEÇÃO II
DO DESENVOLVIMENTO RURAL**

Art. 14. Estimular e apoiar o crescimento das atividades agropecuárias como fator estratégico do crescimento econômico do Município de Nova Venécia-ES, estabelecendo as seguintes diretrizes:

I – estimular as atividades agropecuárias, incentivando a diversificação da produção agrícola e o sistema de produção e comercialização direta;

II – desenvolver parcerias para apoio ao pequeno e médio produtor, por meio de linhas de crédito para a produção, assistência técnica e qualificação de mão de obra, com o objetivo de evitar o êxodo rural;

III – incentivar a produção orgânica e estabelecer instrumentos legais de redução e controle do uso de agrotóxicos;

IV – buscar o desenvolvimento da agroindústria e estimular mecanismos de comercialização, incluindo o processo de certificação ambiental verde de produtos agropecuários;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



V – incentivar, na área rural, o desenvolvimento de projetos com o aproveitamento sustentável dos recursos naturais;

VI – implantar programas de qualificação nas escolas rurais, criando condições de capacitação do produtor e de sua família e, ao mesmo tempo, assegurando a sua permanência no campo;

VII – dotar a área rural de infraestrutura básica, com a manutenção das estradas, eletrificação das residências e das vias públicas e expansão da rede de telefonia, telemática, em especial para as sedes distritais e seus povoados;

VIII – buscar o equilíbrio entre a atividade de extração mineral, a atividade rural e o meio ambiente;

IX – incrementar a infraestrutura para armazenamento da produção familiar em regime associativo;

X – incentivar os proprietários rurais sobre a importância de preservar as nascentes e áreas de recargas;

XI – implantar e desenvolver o comércio e a produção turística rural;

XII – promover atividades turísticas rurais voltadas ao lazer;

XIII – apoiar iniciativas educacionais públicas ou privadas adequadas às peculiaridades e condições socioeconômicas do meio rural;

XIV – estruturar patrulhas agrícolas motorizadas para atender aos pequenos e médios produtores agrícolas;

XV – apoiar e incentivar as associações de pequenos agricultores;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



XVI – proteger o meio ambiente, em especial da biodiversidade dos mananciais, estimulando a adoção pelos produtores de atividades ambientalmente sustentáveis;

XVII – estimular a utilização de novas tecnologias que protejam o meio ambiente e melhorem a eficiência na produção rural.

**CAPÍTULO II
DAS POLÍTICAS SOCIAIS**

**SEÇÃO I
DA SAÚDE**

Art. 15. O Poder Público Municipal, em estreita colaboração com o Estado e a União, com entidades não governamentais e religiosas e com entidades privadas de saúde, dedicar-se-á à universalização, integralização e a promoção da saúde no município, visando enfrentar os determinantes sociais, étnicos, etários, de gênero e condições ambientais.

Art. 16. São diretrizes específicas do desenvolvimento urbano e territorial na área de saúde:

I – assegurar a implantação dos pressupostos do Sistema Único de Saúde, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Nova Venécia-ES, que propiciem a descentralização, a hierarquização e a regionalização dos serviços que o compõem;

II – organizar e melhorar a oferta pública de serviços de saúde e estendê-la a todo o Município de Nova Venécia-ES, em especial aos demais núcleos urbanos;

III – garantir a melhoria da qualidade dos serviços prestados e o acesso da população a eles;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



IV – promover a distribuição espacial de recursos, serviços e ações, conforme critérios de contingente populacional, de demanda e acessibilidade física;

V – expandir o Programa de Saúde da Família em todos os distritos do Município de Nova Venécia-ES;

VI – expandir programa de tratamento do alcoolismo e outras dependências químicas, podendo firmar parcerias com a iniciativa privada para expansão desses e de novos programas;

VII – ampliar programas e projetos visando a melhoria da qualidade de vida dos portadores de necessidades especiais;

VIII – difundir para a população de forma geral os princípios básicos de higiene e saúde;

IX – garantir serviços básicos (atenção primária à saúde) de qualidade à população;

X – promover campanhas de saúde pública em seus vários meios, com ênfase na cobertura vacinal na prevenção de doenças na infância.

**SEÇÃO II
DA EDUCAÇÃO**

Art. 17. São diretrizes específicas do desenvolvimento urbano na área de educação:

I – promover a expansão e a manutenção da rede pública de ensino, cobrindo a demanda, garantindo o ensino fundamental obrigatório e gratuito;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



- II** – universalizar a educação infantil ampliando e mantendo o atendimento na pré-escola, com a implantação de creches próximas às residências, preferencialmente àquelas de baixa renda, de acordo com as demandas dos bairros do Distrito Sede, das áreas urbanas e dos núcleos rurais dos distritos;
- III** – assegurar o acesso de crianças e adolescentes à escola através de construção de novas unidades escolares e/ou reformas e ampliações das existentes, nos núcleos urbanos dos distritos, em conformidade com a demanda, em especial aqueles mais distantes do Distrito Sede e com dificuldades de acesso;
- IV** – manter entendimentos com as esferas estadual e federal visando a implantação de cursos de nível superior, relacionadas à agricultura, aquicultura e outros voltados à área ambiental e desenvolvimento sustentável;
- V** – promover reformas e melhorias nas instalações da rede pública municipal de ensino, dotando-as com recursos físicos, materiais, pedagógicos e humanos adequados, em conformidade com o projeto político – pedagógicos construídos para cada unidade;
- VI** – fomentar a oferta de cursos profissionalizantes, com ênfase na agricultura, fruticultura, e pecuária, nos núcleos urbanos e rurais dos distritos;
- VII** – estreitar parcerias com governo estadual e federal para viabilizar a expansão do ensino médio, atendendo aos objetivos do Plano Nacional da Educação;
- IX** – adequar escolas, creches e transporte escolar à NBR 9050, ou àquelas que a sucederem, visando garantir a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais;
- X** – estabelecer parcerias com instituições de ensino superior visando garantir acesso de jovens de baixa renda à universidade;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



XI – universalizar o acesso à educação básica e garantir o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados;

XII – oferecer educação em tempo integral aos alunos da educação básica em colaboração com o Estado e a União;

XIII – fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a garantir as metas estabelecidas pelo índice de desenvolvimento da educação básica para o Município de Nova Venécia-ES;

XIV – estabelecer, incentivar e inserir o plano de educação ambiental nas escolas.

**SEÇÃO III
DA CULTURA**

Art. 18. São diretrizes específicas do desenvolvimento urbano e territorial na área de Cultura:

I – promover o levantamento das manifestações culturais existentes no Município de Nova Venécia-ES e realizar concursos, exposições e publicações para sua divulgação;

II – garantir a proteção dos documentos, as obras e outros bens de valor histórico-cultural, a preservação e manutenção das edificações e sítios considerados como patrimônio histórico municipal;

III – utilizar os equipamentos municipais como espaços de descentralização e inclusão cultural;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

IV – promover o levantamento com vistas ao tombamento dos elementos arquitetônicos importantes da história do Município de Nova Venécia-ES;

V – estimular a ocupação cultural dos espaços públicos municipais;

VI – promover programações culturais, possibilitando a oferta de empregos e o desenvolvimento econômico do Município de Nova Venécia-ES;

VII – apoiar e incentivar as manifestações artísticas e culturais da população de forma a criar a universalização do patrimônio cultural;

VIII – criar oportunidade para a produção cultural, envolvendo a população e dando o apoio necessário para a continuidade dos processos;

IX – promover a captação e geração de recursos para manutenção e valorização do patrimônio, com participação da iniciativa privada;

X – incentivar a participação pública e privada no financiamento de projetos culturais.

**SEÇÃO IV
DO ESPORTE E LAZER**

Art. 19. O Poder Público Municipal fomentará práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observadas as seguintes diretrizes específicas:

I – incentivar a prática de atividades esportivas e recreativas diversificadas, como forma de promoção social, compatibilizando-as com as potencialidades existentes no Município de Nova Venécia-ES;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



II – promover a implantação de equipamentos de esporte e lazer em todo o território municipal, dando prioridade aos bairros da sede e aos núcleos urbanos distritais mais carentes desses recursos;

III – promover a utilização das áreas de proteção ambiental como áreas de lazer sujeitas a condições especiais estabelecidas pelos órgãos gestores das mesmas;

IV – promover jogos e torneios que envolvam os diversos distritos do Município de Nova Venécia-ES;

V – incentivar a organização de competições amadoras nas diferentes modalidades esportivas, utilizando os equipamentos públicos;

VI – fomentar a implementação da legislação de incentivo às atividades de esporte e lazer, buscando o estabelecimento de parcerias;

VII – estabelecer parcerias e incentivar a inclusão de portadores de necessidades especiais na prática de atividades esportivas;

VIII – incentivar as ações de mobilidade urbana para os espaços de lazer e recreação com as áreas de proteção ambiental.

**CAPÍTULO III
DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Art. 20. São diretrizes específicas do desenvolvimento urbano e territorial na área da Segurança Pública:

I – estabelecer políticas públicas de segurança que objetivem a ampliação dos serviços oferecidos, visando adequá-los às necessidades de todo o território do Município de Nova Venécia-ES;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



- II – promover a implantação descentralizada dos equipamentos necessários à melhoria das condições de segurança pública, objetivando a redução dos índices de criminalidade;
- III – incluir as áreas sujeitas a enchentes na programação da defesa civil, objetivando o estabelecimento de medidas preventivas e corretivas;
- IV – promover programas de prevenção de incêndio;
- V – implementar e estruturar a guarda-civil municipal;
- VI – promover a segurança e humanização com as leis de trânsito;
- VII – potencializar a integração de participação popular na convivência de segurança cidadã.

**CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES PARA A POLÍTICA AMBIENTAL**

**SEÇÃO I
DO MEIO AMBIENTE**

Art. 21. Todos têm o direito de um meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, bem como, de uso comum do povo e essencial a adequada qualidade de vida, impondo-se a todos e, essencialmente ao Poder Público Municipal o dever de recuperá-lo, defendê-lo e preservá-lo para o benefício das gerações atuais e futuras.

Parágrafo único. São diretrizes específicas do desenvolvimento urbano e territorial na área ambiental:

- I – atualizar o Código Municipal de Meio ambiente e demais regulamentos;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



II – o zoneamento ambiental, compatibilizando-o com as diretrizes estabelecidas nesta lei e na legislação de uso e ocupação do solo;

III – qualificar funcionários para o exercício do licenciamento ambiental dos empreendimentos a serem implantados no Município de Nova Venécia-ES;

IV – criar e aplicar os instrumentos necessários à gestão ambiental;

V – elaborar o Plano Diretor de Áreas Verdes;

VI – elaborar a carta acústica do Município de Nova Venécia-ES;

VII – desenvolver o programa de educação ambiental junto à população veneciana.

VIII – atualizar Agenda 21 do Município de Nova Venécia-ES;

IX – implantar parques dotados de equipamentos comunitários de lazer, como forma de uso adequado a áreas ambientalmente sensíveis, desestimulando invasões e ocupações indevidas;

X – especificar as áreas de interesse para a preservação ecológica e as áreas de proteção aos mananciais de água;

XI – aplicar os instrumentos de gestão ambiental, estabelecidos nas legislações federal, estadual e municipal, bem como a criação de outros instrumentos, adequando-os às metas estabelecidas pelas políticas ambientais;

XII – compatibilizar as diretrizes de uso, ocupação e parcelamento do solo aos objetivos de proteção ambiental dos ecossistemas;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

XIII – contribuir para a formação da consciência crítica da população na avaliação de sua relação com o meio ambiente, levando-a a assumir o papel que lhe cabe na manutenção e controle da qualidade de vida e do meio ambiente;

XIV – criar unidades de conservação no território municipal para preservar e conservar seus recursos naturais, contribuindo para a qualidade de vida da população.

XV – elaborar diretrizes para o gerenciamento das mudanças climáticas;

XVI – promover estudos para enfrentamento de zonas de cheias e encostas;

XVII – incentivar a produção de energias limpas;

XVIII – incentivar a integração das instituições e associações civis, nos esforços para garantir e aprimorar o controle da poluição, inclusive no ambiente de trabalho;

XIX – articular em coparticipação com o Estado e a União a formação de consórcios entre municípios limítrofes para soluções comuns relativas à proteção ambiental;

XX – estimular o reflorestamento ecológico em áreas degradadas, objetivando especialmente a proteção de encostas.

Art. 22. São diretrizes para o Plano Diretor de Áreas Verdes de que trata o inciso V, do artigo 21, desta lei:

I – ampliar a oferta de áreas verdes públicas qualificadas, com equipamentos de lazer, esportes e infraestrutura;

II – promover a gestão compartilhada das áreas verdes públicas significativas;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

III – manter e ampliar a arborização das ruas com espécies nativas da região adequadas a este fim;

IV – criar instrumentos legais destinados a estimular parcerias entre os setores públicos e privados para implantação e manutenção de áreas verdes e espaços ajardinados ou arborizados;

V – recuperar áreas verdes degradadas e de importância paisagístico ambiental;

VI – estabelecer uma estrutura de parques e áreas verdes para as áreas urbanas da cidade de Nova Venécia-ES e para os núcleos urbanos de distritos.

Art. 23. A Administração Pública Municipal acompanhará o licenciamento ambiental de competência federal e estadual dos empreendimentos localizados no território do Município de Nova Venécia-ES, no sentido de resguardar os interesses municipais e os princípios e diretrizes estabelecidas em sua legislação.

Parágrafo único. Poderá ser celebrado convênio com o órgão ambiental estadual visando a colaboração mútua no processo de licenciamento de que trata este artigo.

Art. 24. Constituem ações estratégicas da política municipal do meio ambiente:

I – medidas diretivas constituídas por normas, padrões, parâmetros e critérios relativos à utilização, exploração e conservação dos recursos naturais e à melhoria da qualidade ambiental;

II – instituir o planejamento e zoneamento ambiental;

III – incentivar o uso do Fundo Municipal de Meio Ambiente com projetos e programas sustentáveis;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

IV – fortalecer o Conselho Municipal do Meio Ambiente em conjunto ou separadamente com o Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente;

V – criar mecanismos de estímulos e incentivos para a recuperação, preservação e melhoria do meio ambiente;

VI – controlar, monitorar, fiscalizar e auditar as atividades, processos e obras que causem ou possam causar impactos ambientais, bem como penalidades administrativas;

VII – estudar formas de compensação pelo dano e pelo uso de recursos naturais;

VIII – elaborar medidas destinadas a promover a pesquisa e a capacitação tecnológica orientada para a recuperação, preservação e melhoria da qualidade ambiental;

IX – desenvolver a educação ambiental em diferentes espaços e equipamentos, como em escolas da rede municipal, estadual ou particular de ensino, unidades de conservação, parques urbanos e praças do Município de Nova Venécia-ES;

X – promover a arborização urbana;

XI – incluir a temática ambiental permeando a formação de diferentes profissionais;

XII – promover uma cidade mais verde e permeável, com estabelecimento de recuperação de áreas degradadas.

Art. 25. São patrimônios naturais e paisagísticos do Município de Nova Venécia-ES:

I – o Rio Cricaré;

II – a bacia hidrográfica que compõe o Município de Nova Venécia-ES;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



III – o Rio do Norte;

IV – o Rio Muniz;

V – a Pedra do Elefante;

VI – a Pedra do Dedo;

VII – a Pedra da Fortaleza;

VIII – a Pedra do Oratório;

IX – os Pontões da Sede de Cristalino;

X – o Rio Santo Antônio do Quinze;

XI – a Cacheira Grande, situada na sede do Município de Nova Venécia-ES.

**SEÇÃO II
DOS RECURSOS HÍDRICOS**

Art. 26. São diretrizes específicas do desenvolvimento urbano e territorial para a Política Municipal de Controle de Poluição e Manejo dos Recursos Hídricos:

I – instituir a gestão integrada dos recursos hídricos do Município de Nova Venécia-ES, contribuindo na formulação, implementação e gerenciamento de políticas, ações e investimentos demandados;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

- II** – garantir a participação do município na gestão da Bacia Hidrográfica do Rio São Mateus e do Rio Barra Seca, assegurando as maximizações econômicas, sociais e ambientais da produção de água nos mananciais e aquíferos que abastecem o Município de Nova Venécia-ES;
- III** – realizar estudos sobre o Rio Cricaré, do ponto de vista hidrológico e da qualidade das águas, para subsidiar projeto de uso de suas águas para o abastecimento humano, para a indústria e para a irrigação;
- IV** – compatibilizar e controlar os usos efetivos e potenciais da água;
- V** – promover por meio de lei de incentivos o reúso e recirculação de águas nas indústrias e outras atividades;
- VI** – definir áreas de proteção de mananciais de abastecimento, no sentido de subsidiar a definição de restrições relativas ao uso e ocupação do solo;
- VII** – reverter os processos de degradação instalada nos mananciais, alterando tendência de perda da capacidade de produção de água nas áreas de proteção de mananciais;
- VIII** – exigir o licenciamento ambiental e outorga de uso, quando da utilização dos recursos hídricos do Município de Nova Venécia-ES para irrigação ou abastecimento da população;
- IX** – instituir e aprimorar a gestão integrada dos recursos hídricos, articulando a demanda e a oferta para a irrigação e o abastecimento da população, por meio da adoção de instrumentos para a sustentação econômica da produção dos mananciais;
- X** – tratar tecnicamente as escavações, sondagens ou obras para pesquisa, exploração mineral ou outros afins, para preservar o aquífero;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

XI – disciplinar a ocupação das cabeceiras e várzeas das bacias hidrográficas do Município de Nova Venécia-ES, preservando a vegetação existente e visando a sua recuperação;

XII – implementar medidas não-estruturais de prevenção de inundações, tais como controle de erosão, especialmente em movimento de terra, controle de transporte e deposição de entulho e lixo, combate ao desmatamento, assentamentos clandestinos e a outros tipos de invasões nas áreas com interesse hídrico;

XIII – garantir e respeitar a necessária permeabilidade do solo, inclusive buscando alternativas de pavimentação com maior permeabilidade;

XIV – identificar e proteger os recursos hídricos e mananciais destinados ao abastecimento, garantindo a segurança hídrica;

XV – fortalecer os Comitês de bacias hidrográficas dos quais o Município de Nova Venécia-ES seja integrante;

XVI – acompanhar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio São Mateus;

XVII – promover por meio de lei de incentivos a coleta, tratamento e reuso de água pluvial;

XVIII – desenvolver e implementar projetos de proteção e revitalização de áreas de proteção permanente, voltadas a proteção de nascentes e recuperação de matas ciliares.

**SEÇÃO III
DO SANEAMENTO AMBIENTAL**

Art. 27. São diretrizes gerais para a política de saneamento ambiental:



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

- I** – condicionar o adensamento e o assentamento populacional à prévia apresentação de projetos de saneamento básico, acompanhados de projetos de solução de problemas ambientais e de recuperação de áreas degradadas;
- II** – priorizar planos, programas e projetos que visem a ampliação de saneamento nas áreas ocupadas por população de baixa renda;
- III** – garantir a universalização dos serviços de abastecimento de água e saneamento básico;
- IV** – promover política tarifária que considere as condições econômicas, garantindo que a tarifa não seja empecilho para a prestação do serviço;
- V** – elaborar cadastro de redes de infraestrutura e equipamentos de tratamento e bombeamento em todos os núcleos urbanos do Município de Nova Venécia-ES;
- VI** – implementar redes de coleta e tratamento adequado dos esgotos sanitários em todo o território municipal;
- VII** – aperfeiçoar e ampliar a coleta seletiva e reciclagem dos resíduos sólidos domésticos e industriais, bem como a redução da geração de resíduos sólidos;
- VIII** – complementar a rede coletora de águas pluviais e o sistema de drenagem nas áreas urbanizadas do território;
- IX** – apoiar o uso de tecnologia de saneamento ambiental adequado nas áreas rurais;
- X** – garantir, através da gestão ambiental, a preservação, proteção, conservação e recuperação:
- a)** dos corpos d'água;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



b) dos lagos e lagoas;

c) das matas ciliares;

d) da vegetação nativa;

e) das áreas de Proteção Permanente;

f) das unidades de Conservação Ambiental.

XI – incentivar a reutilização de água por parte das indústrias e atividades econômicas para redução e racionalização do consumo;

XII – incentivar em todo os meios a política da logística reversa;

XIII – implementar e fortalecer o Plano Municipal de Saneamento Básico como instrumento da política municipal de saneamento.

Art. 28. São diretrizes relativas ao abastecimento de água:

I – assegurar o abastecimento de água do Município de Nova Venécia-ES, segundo a distribuição espacial da população e das atividades socioeconômicas;

II – assegurar a qualidade de água dentro dos padrões sanitários;

III – impedir o lançamento de efluentes sem tratamento a montante da captação dos rios, córregos e lagos, preservando a qualidade da água utilizada para abastecimento da população;

IV – restringir o consumo supérfluo de água potável;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



V – estabelecer metas progressivas de redução de perdas de água em todo o Município de Nova Venécia-ES;

VI – criar planos, programas e projetos voltados ao abastecimento de água que visem a garantir soluções alternativas.

Art. 29. São diretrizes relativas ao esgotamento sanitário:

I – promover a ampliação da rede de esgotamento sanitário para atendimento universal da população veneciana;

II – fiscalizar e coibir as ligações irregulares de esgoto, impedindo que as mesmas se conectem nas redes de águas pluviais e vice-versa;

III – adotar sistemas de tratamento dos efluentes compatíveis com a qualidade dos corpos receptores, levando em conta a sua capacidade de aporte de nutrientes e de carga orgânica;

IV – promover campanhas educativas, que envolvam a eliminação de ligações clandestinas, em especial com o lançamento de esgoto não tratado nos rios e o lançamento de esgotos industriais sem o adequado sistema de tratamento;

V – conscientizar e fiscalizar a população sobre as ligações dos imóveis à rede coletora de tratamento de esgotamento sanitário.

Parágrafo único. As diretrizes especificadas nos artigos 28 e 29 deverão ser implementadas em conjunto com a concessionária, quando for o caso.

Art. 30. São diretrizes específicas do desenvolvimento urbano para a drenagem:



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

- I** – elaborar e implantar projeto de drenagem pluvial em todas as áreas urbanas do Município de Nova Venécia-ES, adotando procedimentos de redução da velocidade das enxurradas e a retenção de material sólido antes de lançamento dos efluentes pluviais nos corpos d'água;
- II** – estimular a adoção, nas vias e calçadas, de soluções que promovam a infiltração das águas de chuva, com o uso de revestimentos com capacidade de infiltração, de forma a reduzir o volume das águas a serem transportadas para os corpos d'água a jusante;
- III** – adequar as taxas de uso e ocupação do solo, definindo a fração do terreno a ser mantida sem qualquer impermeabilização nos lotes;
- IV** – incentivar a construção de reservatórios residenciais, comerciais e industriais para captação, armazenamento e reutilização das águas pluviais, buscando não sobrecarregar o sistema de drenagem na cidade e diminuir o consumo de água tratada;
- V** – coibir o lançamento de redes de drenagem, sem dispositivos dissipadores de energia, aos corpos receptores.

**SEÇÃO V
DOS RESÍDUOS SÓLIDOS**

Art. 31. São diretrizes específicas do desenvolvimento urbano e territorial para os resíduos sólidos:

- I** – garantir o direito de toda a população à prestação dos serviços regulares de coleta de lixo;
- II** – implantar e estimular programas de coleta seletiva e reciclagem;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



III – desenvolver programas educativos junto à comunidade visando incrementar a limpeza urbana, com a diminuição do lixo difuso;

IV – definir o gerenciamento diferenciado para resíduos industriais e hospitalares sob responsabilidade do gerador;

V – estimular a população, por meio da educação, conscientização e informação, para a participação na minimização dos resíduos, gestão e controle dos serviços;

VI – universalizar o sistema de coleta seletiva no Município de Nova Venécia-ES;

VII – buscar soluções técnicas em parceria com a iniciativa privada para equacionar a disposição e o tratamento de resíduos sólidos industriais;

VIII – difundir e aplicar a lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos e gestão integrada de resíduos sólidos;

IX – coibir a prática de espaços viciados de depósito irregular de resíduos sólidos;

X – incentivar a formalização de cooperativas e associações de materiais recicláveis e recicladores.

SEÇÃO VI

DA ENERGIA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Art. 32. São diretrizes específicas do desenvolvimento urbano e territorial no campo da energia e iluminação pública:

I – promover campanhas públicas, visando a orientação da população no sentido da redução de consumo e o uso racional de energia elétrica;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

II – garantir o abastecimento de energia para consumo a todo o Município de Nova Venécia-ES;

III – ampliar a cobertura de atendimento, eliminando a existência de ruas sem iluminação pública e ampliando a oferta na área rural;

IV – implementar a autossuficiência de uso de energia em órgãos municipais e edifícios públicos;

V – instalar iluminação em pontos turísticos, monumentos, obras e edificações culturais e históricas;

VI – considerar as restrições ambientais para a implantação de redes de alta-tensão em áreas de interesse ambiental e paisagístico;

VII – criar incentivos para a geração de energias limpas;

VIII – implementar a substituição da iluminação pública atual para sistemas eficientes e econômicos.

TÍTULO III

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

CAPÍTULO I

DA HABITAÇÃO

Art. 33. São diretrizes específicas do desenvolvimento urbano e territorial na área de habitação:

I – promover a urbanização, a regularização fundiária e a titulação das áreas de assentamentos já consolidados, respeitadas as condicionantes ambientais;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

**CAPÍTULO II
DA CIRCULAÇÃO VIÁRIA**

Art. 34. São diretrizes específicas do desenvolvimento urbano para a circulação viária:

- I** – definir a estrutura viária atual, por meio da hierarquização e complementação do sistema viário, da implantação de novas vias, e da criação de corredores de atividades e sub centros nos seus entroncamentos;
- II** – buscar melhor articulação entre as sedes dos distritos e os povoados;
- III** – restringir o trânsito de passagem nas áreas residenciais;
- IV** – reduzir o conflito entre o tráfego de veículos e a circulação de pedestres;
- V** – garantir a acessibilidade da população aos locais de trabalho, de serviços e de equipamentos de lazer;
- VI** – implantar obras viárias de atendimento ao sistema de transporte coletivo e de complementação do sistema viário principal;
- VII** – possibilitar o acesso do transporte coletivo e de veículos de serviço às áreas ocupadas por população de baixa renda;
- VIII** – implementar sinalização urbana, com distribuição de placas que orientem transeuntes e pedestres, de forma a contribuir, inclusive, para a segurança de tráfego;
- IX** – pavimentar as vias locais estabelecidas na classificação viária, preferencialmente com pisos que permitam a percolação das águas pluviais, de modo a reduzir a formação de enxurradas, os custos de canalização dos efluentes pluviais e os custos de controle da velocidade de escoamento das águas e de remoção de detritos;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

- X – criar projetos de pavimentação de todas as vias;
- XI – estabelecer parceria com o governo federal e o governo estadual no sentido de promover melhorias nas rodovias federais e estaduais;
- XII – implantar melhorias nas estradas municipais em parcerias com os interessados no escoamento da produção;
- XIII – melhorar e qualificar o sistema viário existente;
- XIV – padronizar, por meios adequados nas vias principais do Município de Nova Venécia-ES, a prioridade para o deslocamento de pessoas através de transporte coletivo;
- XV – implementar a sinalização de trânsito nos principais corredores e acessos viários e nos pontos de acentuado conflito ou de alto índice de ocorrência de acidentes;
- XVI – priorizar a adequação da infraestrutura viária rural com técnicas conservacionistas;
- XVII – promover a mobilidade urbana como instrumento de inclusão social e desenvolvimento econômico e ambiental;
- XVIII – priorizar a disponibilização de ciclovias em toda a extensão do Município de Nova Venécia-ES.

**CAPÍTULO III
DOS TRANSPORTES**

Art. 35. São diretrizes específicas do desenvolvimento urbano para os transportes:



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



I – priorizar a circulação dos veículos de transporte coletivo sobre os veículos de transporte individual;

II – definir os trajetos do transporte coletivo e os seus níveis de atendimento, de modo a induzir a ocupação dos vazios urbanos e contribuir para melhor utilização social das áreas urbanas atendidas;

III – assegurar a acessibilidade dos munícipes aos centros de comércio e de serviços e às áreas industriais, interligando as regiões do município por linhas expressas ou sistemas de transporte;

IV – desenvolver estudos para implementar sistemas alternativos de circulação, com destaque para ciclovias, e transporte de cargas;

V – implantar medidas para melhorar o desempenho na geração, armazenagem e transbordo de carga;

VI – estimular a implantação de terminais de carga em locais de fácil acesso às rodovias e às vias expressas, levando em conta a sua compatibilidade com o uso do solo e com o sistema de transporte coletivo de acesso aos serviços;

VII – incentivar a promoção da acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais no uso das vias públicas;

VIII – promover políticas de estacionamento como indutora de transporte coletivo no espaço público e acesso igualitário de mobilidade.

Parágrafo único. O órgão municipal responsável pelo gerenciamento do sistema de trânsito deverá responsabilizar-se pela fiscalização do cumprimento das posturas municipais relacionadas ao setor.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



**CAPÍTULO IV
DOS ESPAÇOS PÚBLICOS**

Art. 36. São diretrizes específicas para os espaços públicos:

I – definir espaços para praças públicas em todas as áreas urbanas do Município de Nova Venécia-ES, com a implantação de estrutura para o seu funcionamento;

II – estruturar e qualificar os espaços verdes das áreas urbanas para favorecer a prática de atividades de esporte e lazer e a exploração do potencial paisagístico oferecido pelas montanhas, rios e córregos;

III – garantir a limpeza e manutenção dos espaços públicos e promover a sua adequação ao conceito de acessibilidade universal, em especial para permitir o seu uso por pessoas portadoras de necessidades especiais;

IV – projetar a construção de praças nos bairros e setores das áreas urbanas do Distrito Sede e dos demais distritos do Município de Nova Venécia-ES, dando prioridade às áreas ainda não atendidas e às proximidades de residências com população de baixa renda;

V – garantir espaços públicos de convivência e lazer que contemplem áreas verdes e integrem práticas de esportes ao ar livre.

**CAPÍTULO V
DA UTILIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS PELAS CONCESSIONÁRIAS DE
SERVIÇOS PÚBLICOS**

Art. 37. São diretrizes para a utilização das áreas públicas no subsolo, nível do solo e no espaço aéreo pelas concessionárias de serviços públicos:



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



I – coordenar os projetos e os serviços de instalação e manutenção de responsabilidade das concessionárias de serviço público, visando o cadastramento das redes e o monitoramento de suas atividades;

II – organizar banco de dados sobre as redes de água, esgotos, drenagem pluvial, telecomunicações, energia elétrica, gás e outras redes instaladas no subsolo, em nível do solo e em espaço aéreo, inclusive os equipamentos, medidores e outros componentes utilizados pelas concessionárias de serviços públicos;

III – estabelecer normas para utilização da área pública, em subsolo, no nível do solo e em espaço aéreo pelas empresas concessionárias de serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, drenagem pluvial e telecomunicações;

IV – exigir que as concessionárias mantenham zonas de segurança e garantam níveis de propagação de ondas magnéticas confiáveis ao meio condutor;

V – responsabilizar a concessionária pela recomposição da pavimentação da via pública ou passeio, sendo obrigatória a realização de aterro compactado e recomposição asfáltica (em caso de via com essa pavimentação) e também pela repintura da sinalização de trânsito.

TÍTULO IV

DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 38. O macrozoneamento e o zoneamento do Município de Nova Venécia-ES deverão atender às seguintes diretrizes:

I – discriminar e delimitar as áreas de proteção ambiental, urbanas e rurais;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

- II** – definir as áreas urbanas e rurais, com vistas à localização da população e de suas atividades;
- III** – definir as unidades de conservação ambiental e outras áreas protegidas por lei, discriminando as de preservação permanente ou temporárias, nas encostas, nas bordas de tabuleiros ou chapadas ou, ainda, nas áreas de drenagem das captações utilizadas ou reservadas para fins de abastecimento de água potável e estabelecendo suas condições de utilização;
- IV** – restringir a utilização de áreas de riscos geológicos;
- V** – preservar as áreas de exploração agrícola e pecuária e o estímulo a essas atividades primárias;
- VI** – preservar, proteger e recuperar o patrimônio natural, histórico, cultural, arqueológico e paisagístico;
- VII** – exigir, para a aprovação de quaisquer projetos de mudança de uso do solo, alteração de coeficientes de aproveitamento, parcelamentos, remembramentos ou desmembramentos, prévia avaliação dos órgãos competentes do Poder Executivo Municipal;
- VIII** – exigir, para o licenciamento de atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, o estudo de impacto ambiental, conforme legislação específica, bem como sua aprovação pelos órgãos competentes do Poder Público Municipal;
- IX** – exigir Estudo de Impacto de Vizinhança e suas ações complementares para regularização ou licenciamento das atividades ou empreendimentos, potencialmente incômodos ou impactantes, instalados no território do Município de Nova Venécia-ES;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

X – regular a licença para construir, condicionando-a, nos casos de grandes empreendimentos habitacionais, industriais ou comerciais, ao adequado provimento de infraestrutura e de equipamentos urbanos e comunitários necessários;

XI – estabelecer compensação de imóvel considerado pelo Poder Público Municipal como de interesse do patrimônio cultural, histórico, arqueológico, artístico ou paisagístico;

XII – definir os critérios para autorização de implantação de equipamentos urbanos e comunitários e definir sua forma de gestão;

XIII – definir o tipo de uso, o coeficiente de ocupação, o coeficiente de aproveitamento e o coeficiente de permeabilidade dos terrenos, nas zonas de uso.

XIV – fomentar e consolidar os subcentros nos bairros;

XV – regulamentar a implantação das atividades terciárias de grande porte e projetos complexos de ocupação de caráter regional;

XVI – estruturar o sistema viário e de transporte para diminuir o fluxo de passagem pelo centro da Cidade de Nova Venécia-ES.

Art. 39. A ordenação e o controle do uso do solo devem evitar:

I – a utilização inadequada de imóveis urbanos e rurais;

II – a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes, especialmente junto aos usos residenciais;

III – o adensamento inadequado à infraestrutura urbana e aos equipamentos urbanos e comunitários existentes ou previstos;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



IV – a ociosidade do solo urbano;

V – a deterioração de áreas urbanizadas e não urbanizadas;

VI – a especulação imobiliária;

VII – a ocorrência de desastres naturais.

Art. 40. Para a ordenação de uso e ocupação do solo, considera-se como área urbana o perímetro delimitado no Anexo II desta lei.

**CAPÍTULO II
DO MACROZONEAMENTO E DO ZONEAMENTO**

Art. 41. A divisão territorial de Nova Venécia-ES em macrozoneamento reflete a equação entre densidades urbanas e capacidade da infraestrutura instalada e possível de ser ampliada, considerando:

I – a área urbana consolidada e a infraestrutura instalada;

II – as características de uso e ocupação urbano e rural do território do Município de Nova Venécia-ES;

III – a necessidade de áreas para a expansão urbana;

IV – as características do meio ambiente natural;

V – a expansão do setor industrial e agropecuário do Município de Nova Venécia-ES;

VI – estoque ocioso de terras representado pelos vazios urbanos;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



VII – a capacidade de renovação urbana das áreas urbanizadas e consolidadas;

VIII – a integração do território municipal;

IX – as áreas prioritárias para o desenvolvimento de atividades rurais.

Parágrafo único. O macrozoneamento decorrente da divisão territorial de Nova Venécia-ES tem como objetivos:

I – atender demandas presentes para redução das desigualdades sociais e inclusão sócio territorial;

II – superar passivos ambientais e urbanos que caracterizam a diferenciação do uso e ocupação do solo decorrente dos processos de urbanização;

III – orientar a integração das políticas setoriais;

IV – valorizar as potencialidades e as oportunidades que o território oferece para a concretização do desenvolvimento socioeconômico.

Art. 42. As normas do macrozoneamento são regras fundamentais de ordenação do território municipal, atendendo os princípios constitucionais da política urbana, da função social da cidade e da propriedade.

Art. 43. As normas de Zoneamento como estratégia da política urbana consistem no estabelecimento de zonas com características semelhantes, com o propósito de favorecer a implementação dos instrumentos de ordenamento e controle urbano, bem como as Áreas de Especial Interesse.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 44. O território do Município de Nova Venécia-ES é composto pela Macrozona Urbana, Macrozona Rural e pela Macrozona Ambiental, em conformidade com o Anexo I desta lei.

**SEÇÃO I
DA MACROZONA URBANA**

Art. 45. A Macrozona Urbana se caracteriza por áreas dotadas de média ou boa infraestrutura urbana, com alta incidência de usos habitacionais, comércio e prestação de serviços, requerendo uma qualificação urbanística com potencialidade para atrair investimentos imobiliários e produtivos, com tendência à estabilidade;

Parágrafo único. Fica incluída na Macrozona Urbana a área destinada ao crescimento da cidade e dos núcleos urbanos, sendo denominada área de expansão urbana.

Art. 46. São objetivos da Macrozona Urbana:

I – estimular a ocupação com a promoção imobiliária, o adensamento populacional e as oportunidades para habitação de interesse social;

II – otimizar e ampliar a rede de infraestrutura urbana e a prestação dos serviços públicos;

III – melhorar a relação entre a oferta de emprego e moradia;

IV – atrair novos empreendimentos econômicos;

V – promover a regularização fundiária e urbanística em geral com especial destaque aos locais de população de baixa renda.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 47. A Área de Expansão Urbana é aquela destinada ao crescimento e expansão das atividades urbanas, correspondendo às áreas do Município de Nova Venécia-ES, inseridas no perímetro urbano não dotadas de infraestrutura.

Art. 48. São diretrizes para a Área de Expansão Urbana:

I – para o Distrito Sede:

a) criação de áreas para implantação de atividades comerciais e de prestação de serviços de grande porte, ao longo das vias arteriais, preferencialmente nas proximidades de seus entroncamentos, caracterizando-os como subcentros;

b) criar áreas habitacionais destinadas ao atendimento do Programa Habitacional do Município de Nova Venécia-ES;

c) suprir as demandas por áreas destinadas aos usos residencial, coletivo e comercial;

d) garantir a reserva de áreas de lazer em terrenos com declividade inferior a 20% (vinte por cento) e que não poderão estar localizados em áreas de preservação permanente e de recarga de aquíferos, em faixas de domínio de vias ou faixas de servidão administrativas.

II – para as demais áreas urbanas, as diretrizes serão definidas na Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo;

III – controlar a utilização das faixas de domínio das rodovias que cruzam a área urbana;

IV – proteger os remanescentes florestais e ecossistemas que integram a área urbana;

V – garantir a proteção e a preservação do patrimônio ambiental e cultural.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



Art. 49. Na Macrozona Urbana, o uso do solo e os índices urbanísticos serão definidos em legislação específica, resguardadas as capacidades do meio ambiente e da infraestrutura existente.

Art. 50. Na Macrozona Urbana, poderão ser utilizados, prioritariamente, os seguintes instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos:

I – parcelamento e edificação compulsórios;

II – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU, progressivo no tempo;

III – outorga onerosa do direito de construir;

IV – direito de preempção;

V – projeto urbanístico específico aprovado pelo órgão competente, de acordo com as seguintes diretrizes:

a) os parcelamentos do solo para fins urbanos deverão manter o padrão de hierarquia viária instituído para o Município de Nova Venécia-ES;

b) uso e ocupação do solo diferenciado em função do tipo de via;

c) criação de áreas com porte e características adequados à demanda por atividades institucionais e comerciais;

d) articulação com as áreas localizadas no entorno.

Art. 51. Fazem parte da Macrozona Urbana as seguintes áreas:

I – áreas urbanas;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



II – área de especial interesse;

III – área de expansão urbana;

IV – áreas urbanas estratégicas.

**SEÇÃO II
DA MACROZONA DE USO RURAL**

Art. 52. A Macrozona de Uso Rural é composta por áreas com características rurais, existência de núcleos urbanos, baixa densidade populacional e rede precária de infraestrutura.

Art. 53. Na Macrozona de Uso Rural, as ações têm como objetivo principal estimular e preservar a exploração econômica por meio da agropecuária, inclusive familiar, agroindústria, mineração, turismo e lazer compatíveis com a preservação ambiental e com o uso residencial, além de qualificar os assentamentos habitacionais existentes, dotando-os de rede de infraestrutura.

Parágrafo único. São objetivos da Macrozona de Uso Rural:

I – promover a proteção ambiental dos recursos hídricos e das nascentes;

II – promover o desenvolvimento do agroturismo e do turismo ecológico;

III – estruturar o sistema viário, garantindo a acessibilidade e integração da produção e das atividades econômicas;

IV – incentivar as atividades rurais integradas ao meio ambiente, que visem conservá-lo.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



**SEÇÃO III
DA MACROZONA AMBIENTAL**

Art. 54. A Macrozona ambiental é definida em razão da necessidade de proteção integral e do estabelecimento de uma ordenação espacial do ecossistema, considerando os diferentes graus de uso sustentável permitidos, condicionadas às suas características de localização.

Parágrafo único. São objetivos das Zonas de Proteção Ambiental:

I – proteger os ecossistemas e os recursos naturais;

II – recuperar, restaurar e revitalizar os ecossistemas que se encontrem degradados;

III – incentivar, qualificar ou conter a ocupação desordenada do espaço urbano, compatibilizando-o com a capacidade de infraestrutura, do sistema viário e com a proteção ao meio ambiente, regulando os usos, a ocupação e o desenvolvimento de atividades compatíveis com a conservação de ecossistemas, de recursos naturais e de atributos relevantes da paisagem urbana;

IV – controlar a ocupação urbana em áreas de interesse e fragilidade ambiental;

V – conservar os recursos hídricos;

VI – assegurar a qualidade ambiental;

VII – proteger a diversidade natural;

VIII – revisar, analisar e propor novos padrões no ambiente urbano, com melhoria ou manutenção das condições ambientais existentes.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



**CAPÍTULO III
DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO**

Art. 55. Para efeito desta lei, ficam definidos os seguintes usos:

I – uso residencial unifamiliar: compreende as edificações destinadas à habitação permanente com até duas unidades residenciais autônomas;

II – uso residencial multifamiliar: compreende as edificações destinadas à habitação permanente com duas ou mais unidades residenciais autônomas, mediante a instituição de condomínio por unidades autônomas na forma da lei;

III – uso não residencial: compreende as atividades do setor primário, secundário e terciário que, devido às suas características de funcionamento e porte da atividade, podem causar impactos urbanos, impactos à vizinhança e interferência no tráfego de veículos;

IV – uso misto: compreende o empreendimento que apresenta a associação do uso residencial, unifamiliar ou multifamiliar, com o uso não residencial;

V – rural: aquele que envolve atividades características do meio rural, tais como agricultura e criação de animais, atividades extrativistas e aquelas compatíveis com esses usos, abrangendo a agroindústria e a mineração.

§ 1º No Município de Nova Venécia-ES, a Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo definirá sobre o ordenamento territorial e os índices de controle urbanístico.

§ 2º As atividades já existentes anteriores à vigência deste Plano Diretor Municipal que, porventura, encontrarem-se em desacordo com a classificação das atividades estabelecidas para a sua zona, poderão ser compatibilizadas ou não, ao novo zoneamento da seguinte forma:



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



I – atividades passíveis de compatibilização: são aquelas cujo funcionamento não vêm causando incomodidades, impactos ou transtornos à sua vizinhança ao longo do tempo, mediante avaliação da(s) fiscalização(ões) competente(s) e, assim, poderão ter sua área construída acrescida, desde que a ampliação pretendida atenda a todos os regramentos estabelecidos na legislação, condicionando-se o seu licenciamento a prévia apresentação do respectivo estudo urbanístico conforme previsto nesta lei.

II – atividades não passíveis de compatibilização: são aquelas cujo funcionamento vêm causando incomodidades, impactos ou transtornos à sua vizinhança ao longo do tempo, mediante avaliação da(s) fiscalização(ões) competente(s) e, assim, poderão ter as suas edificações reformadas, sem ampliação da área já construída, desde que as referidas reformas atendam a todos os regramentos estabelecidos pela legislação e não representem agravamento aos atuais níveis de incomodidades gerados à sua vizinhança.

§ 3º Ficam vedadas as seguintes situações:

I – mudança de destinação do uso da edificação para implantação de atividades as quais sejam consideradas como de uso proibido, na zona de uso onde a edificação está localizada;

II – realização de quaisquer obras de ampliação ou reforma de edificações destinadas à implantação de atividades consideradas como de uso proibido, na zona de uso de localização da edificação, as quais impliquem o aumento do exercício da atividade considerada como de uso proibido, ressalvada a hipótese de obras essenciais à segurança e higiene das edificações.

Art. 56. A Anuência Municipal de Uso e Ocupação do Solo, corresponde à avaliação quanto ao uso do solo para fins de implantação de atividades, viabilidades para abertura de empresas, licenciamentos ambientais e demais fins, conforme a definição dos usos permitido, tolerado e proibido definidos na legislação específica.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



Art. 57. A emissão da Carta de Anuência trata-se especificamente da permissão das atividades quanto ao zoneamento urbano, não implicando assim a documentos de titularidade do imóvel, doação de imóveis, concessões ou quaisquer outros títulos de posse por parte do Município de Nova Venécia-ES.

Art. 58. A análise técnica dos impactos urbanos para fins de enquadramento quanto ao grupo de atividades não exclui a necessidade de licenciamento ambiental, nos casos que a legislação o exigir.

Art. 59. Os empreendimentos que causam grande impacto urbanístico e ambiental estarão condicionados à elaboração e aprovação do Estudo de Impacto Ambiental, Relatório de Impacto Ambiental e Estudo de Impacto de Vizinhança, conforme o estabelecido na legislação pertinente.

Art. 60. O uso e ocupação do solo urbano serão regulamentados conforme objetivos e diretrizes expressos nesta lei para as diversas zonas de uso, bem como em legislação específica.

I – poderá haver ajustes nas delimitações das zonas de uso, motivados pelo interessado, mediante laudo técnico que comprove a necessidade de tal procedimento com a finalidade de melhor precisão e adequação, quando:

- a) adequação ao sistema viário;
- b) adequação à predominância dos usos praticados.

II – os ajustes de limites a que se refere o *caput* deste artigo serão efetuados por ato do Poder Executivo Municipal, mediante deliberação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CMDU.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



Art. 61. As normas municipais de uso do solo urbano terão em vista o aproveitamento racional do estoque local de terrenos edificáveis, promovendo:

I – o parcelamento e o remembramento de terrenos não corretamente aproveitados;

II – o desmembramento de lotes;

III – a melhoria das condições de vivência urbana, principalmente dos assentamentos residenciais com carência de infraestrutura e serviços públicos;

IV – a urbanização prioritária dos terrenos não utilizados ou subutilizados no interior do perímetro urbano.

SEÇÃO I

DO PARCELAMENTO DO SOLO

Art. 62. O Município de Nova Venécia-ES disporá de legislação específica de parcelamento do solo que definirá critérios e diretrizes, nas figuras dos loteamentos e desmembramentos para fins urbanos, garantindo as áreas destinadas ao sistema viário, à instalação de equipamentos comunitários e urbanos, aos espaços livres de uso público e áreas de lazer, critérios de arborização e paisagismo, fixadas através de Diretrizes Urbanísticas, garantindo a promoção de saneamento ambiental e a qualidade de vida.

§ 1º O parcelamento do solo nas Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS e nas outras zonas especiais será regido por normas próprias a serem definidas em lei específica.

§ 2º As obras de infraestrutura mínimas a serem implantadas pelo empreendedor serão definidas na Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo.

Art. 63. Nos projetos de parcelamento e nos projetos viários, a malha viária do Município de Nova Venécia-ES deverá ser planejada e executada, conforme segue:



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



I – priorizando os corredores de transportes coletivos e de escoamento de cargas e produtos;

II – possibilitando a implantação de vias de ligação intermunicipal;

III – devendo, todo e qualquer empreendimento que venha a gerar um grande fluxo de pessoas ou tráfego de veículos, ser precedido de diretrizes que levem em conta o sistema viário local existente.

Art. 64. Quando a propriedade não cumprir a sua função social, de acordo com as normas constitucionais, o Estatuto da Cidade e demais regras pertinentes, será passível sucessivamente, através da atuação do Poder Público Municipal com:

I – parcelamento, edificação ou utilização compulsória;

II – aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III – desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública;

IV – outras medidas compulsórias, para ampliar a oferta de imóveis na cidade, promover o uso e a ocupação legal de imóveis em situação de abandono e aperfeiçoar os resultados dos investimentos públicos realizados.

§ 1º Ficam sujeitos à aplicação dos instrumentos citados neste artigo, as propriedades que não cumprirem sua função social, localizadas em todas as macrozonas, considerando a existência da infraestrutura implantada e a demanda para utilização.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

§ 2º Para fins de aplicação do disposto neste artigo, o Poder Público Municipal definirá, através de lei específica, a área e o aproveitamento mínimo da propriedade e outros parâmetros.

§ 3º A descrição técnica dos perímetros das macrozonas será definida por decreto do Poder Executivo Municipal.

§ 4º Serão definidas em lei específica as áreas no interior das macrozonas, onde incidirão os instrumentos de que trata este artigo.

Art. 65. O Poder Público Municipal, desde que haja autorização legislativa, poderá transferir seu imóvel a particular, para que este, em consórcio imobiliário, realize empreendimento habitacional de interesse social, repassando a Administração Pública Municipal, como pagamento pelo imóvel, unidades habitacionais devidamente urbanizadas ou edificadas quando do término das obras, desde que assegurado o necessário uso institucional ou de lazer, previstos no projeto urbano.

Art. 66. O Poder Público Municipal, observando o disposto nos artigos 25 a 35 do Estatuto da Cidade – Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, poderá ainda:

I – exercer o direito de preferência nos termos da lei específica, para aquisição de imóvel objeto de alienação onerosa entre particulares, direito de preempção, mediante prévia comunicação ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, no prazo máximo de 05 (cinco) dias;

II – coordenar, em todas as macrozonas, intervenções e medidas contando com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados em operações urbanas consorciadas, com a finalidade de preservação, recuperação ou transformação de áreas urbanas, para as quais poderão ser previstas, entre outras medidas:

a) a modificação de índices e de características de parcelamento, uso e ocupação do solo;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



- b) alterações das normas de construir, considerado o impacto ambiental delas decorrente;
- c) a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação, desde que nova legislação o permita;
- d) a emissão, pelo Município de Nova Venécia-ES, de certificados de potencial adicional de construção na área objeto da operação, a serem alienados em leilão ou utilizados diretamente no pagamento das obras necessárias à própria operação.

III – autorizar o proprietário de imóvel localizado em qualquer Macrozona a exercer em outro local ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de:

- a) implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- b) preservação que seja de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social, cultural ou servir a programas de regularização fundiária;
- c) urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social;
- d) doação ao Poder Público Municipal para os fins previstos nas alíneas a a c deste inciso.

Art. 67. O uso e ocupação do solo e os instrumentos urbanísticos previstos neste título deverão observar parâmetros urbanísticos e normas a serem definidas em lei.

Art. 68. A aprovação de projetos de mudança de uso do solo e alteração de índices de aproveitamento deverá ser precedida de prévio estudo a ser submetido à apreciação e aprovação dos órgãos municipais competentes.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



Parágrafo único. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano deverá ser ouvido sobre os projetos de que trata o *caput* deste artigo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**SEÇÃO II
DOS ÍNDICES URBANÍSTICOS**

Art. 69. Os índices urbanísticos por zona urbana estão estabelecidos na legislação de uso e ocupação do solo, na qual consideram-se as seguintes definições:

I – gabarito (GA): é o número máximo de pavimentos que uma edificação pode ter, a partir do pavimento térreo ou subsolo quando couber;

II – taxa de permeabilidade (TP): é o percentual mínimo da área do terreno que deve se manter descoberta e permeável em relação a sua área total;

III – taxa de ocupação (TO): é o percentual máximo da projeção da edificação em relação a área do terreno;

IV – coeficiente de aproveitamento (CA): é o fator que, multiplicado pela área do terreno, define a área máxima que pode ser construída, neste Plano Diretor Municipal classificado em:

a) básico (B): fator variável para cada zona urbana, na qual, para seu proveito, não será exigida contrapartida ao empreendedor, constituindo o direito de construir;

b) máximo (M): fator acima do CA Básico e variável conforme disponibilidade de infraestrutura e serviços, na qual, para seu proveito, será exigida contrapartida ao empreendedor.

V – subsolo: é o pavimento, totalmente enclausurado, abaixo da cota mínima do terreno ou que se encontre parcialmente enclausurado, quando definido como primeiro acesso ao



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



estacionamento e não possuir laje de cobertura acima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) do perfil frontal do terreno.

VI – afastamento: é a distância mínima, em metros, entre a edificação e as divisas do terreno, neste Plano Diretor Municipal classificado em:

- a) frontal:** distância mínima entre a edificação e a divisa frontal terreno;
- b) lateral:** distância mínima entre a edificação e as divisas laterais do terreno;
- c) fundos:** é a distância mínima entre a edificação e a divisa dos fundos do terreno.

§ 1º Para fins de aplicação desta lei, pavimento térreo é o andar localizado ao nível da via de acesso. Em caso de edificações com acessos em cotas altimétricas diferentes, o andar térreo será definido como sendo aquele situado em cota mais baixa.

§ 2º Não serão considerados como gabarito e nem computados como altura da edificação:

I – pilotis, somente quando utilizado para estacionamento, áreas de uso comum, equipamentos de lazer, depósito e portaria, desde que não apresente fechamentos que ultrapassem a, no máximo, 20% (vinte por cento) da sua área;

II – subsolo, quando utilizado somente para estacionamento ou área de compartimentos técnicos, nas seguintes hipóteses:

- a) encontrar-se,** totalmente enclausurado, abaixo da cota mínima do terreno, para o qual não se exigirá afastamentos laterais, frontal e de fundos;
- b) parcialmente enclausurado,** quando definido como primeiro acesso ao estacionamento e não possuir laje de cobertura acima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) do perfil frontal do terreno, que deverá observar o afastamento frontal e de fundos;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



§ 3º Edificações construídas em aclave ou declive distintas das elencadas no inciso II do parágrafo anterior não serão consideradas subsolo e deverão atender a todos os índices estabelecidos neste Plano Diretor Municipal.

§ 4º No caso de o terreno possuir mais de uma frente deverão ser observados os afastamentos a elas relativos.

Art. 70. Quando houver modificação de projeto com acréscimo de área construída, serão exigidos todos os índices urbanísticos da zona urbana onde se localiza.

**CAPÍTULO IV
DO SISTEMA VIÁRIO**

**SEÇÃO I
DO MUNICÍPIO**

Art. 71. O sistema viário principal do Município de Nova Venécia-ES é constituído pelas rodovias federais, estaduais e municipais para as quais são definidas as seguintes diretrizes:

I – evitar a ocupação desordenada ao longo das rodovias;

II – promover melhorias nas rodovias, considerando as características locais e condicionantes ambientais, objetivando a melhoria do acesso ao Município de Nova Venécia-ES;

Parágrafo único. Na classificação do sistema viário municipal, as rodovias federais, estaduais e municipais são denominadas vias de ligação regional.

SEÇÃO II



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



DAS VIAS URBANAS

Art. 72. São definidas, para efeito desta lei, as seguintes categorias funcionais de vias urbanas, descritas em ordem decrescente de hierarquia:

I – vias arteriais: são aquelas de maior importância na cidade e estruturadoras da malha urbana que fazem a ligação entre bairros e se caracterizam pela função de passagem, pelo tráfego fluente de veículos e pelo acesso indireto às atividades lindeiras;

II – vias coletoras: são aquelas que coletam ou distribuem o tráfego entre as vias locais e as arteriais e se caracterizam pela função de acessibilidade às atividades lindeiras, onde é conferida prioridade ao transporte coletivo ou de massa e à circulação de pedestres, não sendo facilitado o desenvolvimento de velocidade;

III – vias locais: são aquelas localizadas nas áreas preferencialmente residenciais unifamiliares ou multifamiliares, de tráfego lento e de baixa velocidade que dão acesso direto às unidades imobiliárias;

IV – de pedestres: via destinada à circulação de pedestres e, eventualmente, de bicicletas;

V – ciclovia: via ou pista lateral fisicamente separada de outras vias, destinada, exclusivamente, ao trânsito de bicicletas.

**SUBSEÇÃO I
DAS DEMAIS VIAS URBANAS**

Art. 73. Será promovida a elaboração e implantação de projetos das vias arteriais e coletoras na Sede, visando sua melhoria e formação de um sistema de circulação viária interligada as rodovias de acesso, e de forma a ordenar o desenvolvimento urbano.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

§ 1º Será priorizada a promoção da adequação das vias existentes que se enquadrem na categoria de vias arteriais.

§ 2º Priorizar a construção de um anel rodoviário no entorno do perímetro urbano para desviar o tráfego de cargas pesadas do centro urbano.

Art. 74. Ficam estabelecidas as seguintes diretrizes de intervenção para as vias arteriais:

I – oferecer prioridade ao deslocamento compatibilizando esta função com as demais necessidades decorrentes das atividades desenvolvidas no entorno da via;

II – nas interseções em nível, ter preferência a via arterial no cruzamento com vias de menor importância ou a utilização de semáforos para alternância da preferência entre vias de importância similar ou de tráfego significativo;

III – espaçamento entre interseções deve ser aumentado sempre que a interferência na eficiência da via arterial tiver de ser recuperada;

IV – definir as vias arteriais como vias essenciais para o transporte público.

Art. 75. Ficam estabelecidas as seguintes diretrizes de intervenção para as vias coletoras:

I – promover a elaboração de estudos para implantação de trechos e melhorias em pontos estratégicos para a formação de um sistema de circulação principal e contínuo;

II – promover as alterações necessárias à indução da formação dos corredores de serviço.

**TÍTULO V
DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA**

CAPÍTULO I



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



Art. 76. Para assegurar o cumprimento dos objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, o Poder Público Municipal utilizará, sem prejuízo de outros instrumentos previstos na legislação municipal, estadual e federal, incluindo aqueles previstos no Estatuto da Cidade, os seguintes:

I – de caráter financeiro e econômico:

- a) plano plurianual;
- b) diretrizes orçamentárias e orçamento anual.

II – de caráter urbanístico:

- a) legislação urbanística municipal relativa ao parcelamento, uso e ocupação do solo;
- b) parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
- c) desapropriação, com pagamento em títulos da dívida pública;
- d) concessão de direito real de uso;
- e) concessão de uso especial para fins de moradia;
- f) usucapião especial de imóvel urbana;
- g) direito de superfície;
- h) direito de preempção;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



- i) outorga onerosa do direito de construir (solo criado);
 - j) transferência do direito de construir;
 - k) operações urbanas consorciadas;
 - l) reurbanização e regularização fundiária;
 - m) assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos;
 - n) servidão e limitações administrativas;
 - o) planos urbanísticos específicos;
 - p) plano diretor de turismo.
- III – de caráter tributário:**
- a) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU progressivo no tempo;
 - b) contribuição de melhoria;
 - c) incentivos e benefícios fiscais;
 - d) planta genérica de valores;
 - e) taxas de poder de polícia (taxas administrativas);
 - f) taxa de coleta de resíduos sólidos.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



IV – de caráter institucional:

- a) sistema municipal de planejamento;
- b) conselhos municipais;
- c) referendo popular e plebiscito;
- d) fundos municipais.

V – de caráter ambiental:

- a) legislação ambiental;
- b) estudo prévio de impacto ambiental e estudo prévio de impacto de vizinhança;
- c) instituição de unidades de conservação;
- d) zoneamento ambiental;
- e) plano diretor de áreas verdes;
- f) compensação ambiental;
- g) carta acústica;
- h) licenciamento e fiscalização ambiental;
- i) plano municipal de saneamento básico e gestão integrada de resíduos sólidos.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



**CAPÍTULO II
DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA**

Art. 77. Integram a legislação urbanística municipal as seguintes leis:

I – Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo;

II – Código de Obras e Edificações;

III – Código de Posturas;

IV – Lei de Perímetro Urbano.

Art. 78. A Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo definirá no mínimo, os usos e receptividades permitidos e os parâmetros básicos de controle da ocupação do solo, de acordo com as diretrizes previstas nesta lei.

Parágrafo único. Esta lei contempla, ainda, as especificidades relativas ao uso e ocupação da Sede Municipal, Sede do Distrito de Guararema, Sede do Distrito de Santo Antônio do XV e núcleos urbanos de Patrimônio do Bis, Cedrolândia, Boa Vista, Água Limpa, Poção, Cristalino, São Gonçalo e São Luís Reis.

Art. 79. A Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo definirá as normas e diretrizes para o parcelamento do solo urbano e rural, determinando os requisitos e restrições urbanísticas a serem respeitadas, os procedimentos para aprovação, licenciamento e registro dos parcelamentos destinados às pessoas físicas ou jurídicas, de direito público e privado, interessadas em parcelar o solo.

Art. 80. O Código de Obras e Edificações estabelecerá as normas e procedimentos administrativos para a elaboração, aprovação e controle das obras e edificações no município.

[Handwritten signature]
1



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



Art. 81. O Código de Posturas regulará os direitos e obrigações dos munícipes, com vistas à higiene, costumes, segurança e ordem pública, ao bem-estar coletivo e ao funcionamento das atividades econômicas.

Art. 82. A Lei de Perímetro Urbano define as áreas urbanas.

Parágrafo único. A Lei do Perímetro Urbano contempla a área urbana do Distrito da Sede, Sede do Distrito de Guararema, Sede do Distrito de Santo Antônio do XV e núcleos urbanos de Patrimônio do Bis, Cedrolândia, Boa Vista, Água Limpa, Poção, Cristalino, São Gonçalo e São Luís Reis.

CAPÍTULO III

DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS

Art. 83. O Poder Executivo Municipal poderá exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessiva, de:

I – parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;

II – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU progressivo no tempo;

III – desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública.

§ 1º Lei municipal específica fixará os prazos para o cumprimento da obrigação de que trata este artigo.

§ 2º No caso do parcelamento compulsório, a lei municipal específica deverá também conter um plano urbanístico para a área, equivalente às diretrizes de urbanizações previstas na Lei Federal nº 6.766/1979, com suas alterações.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



§ 3º Ficam excluídos da obrigação estabelecida no *caput* os imóveis:

I – utilizados para a instalação de atividades econômicas que não necessitem de edificações para exercer suas finalidades na Zona Industrial Consolidada e de Expansão;

II – que exercem função ambiental essencial, tecnicamente comprovada pelo órgão municipal competente;

III – de interesse do patrimônio cultural ou ambiental;

IV – ocupados por clubes, associações de classe, entidades religiosas e filantrópicas sem fins lucrativos, associações de moradores e movimentos comunitários;

V – de propriedade de cooperativas habitacionais.

Art. 84. As áreas sujeitas à aplicação do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios compreendem os imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados na Macrozona Urbana.

§ 1º São considerados solo urbano não edificado os lotes e glebas com área superior a 200m² (duzentos metros quadrados), em que o coeficiente de aproveitamento utilizado é igual a zero.

§ 2º São considerados solo urbano subutilizado os lotes e glebas com área superior a 200m² (duzentos metros quadrados), em que o coeficiente de aproveitamento não atingir o mínimo definido para a área onde se situam, excetuando:

I – os imóveis utilizados como instalações de atividades econômicas que não necessitam de edificações para exercer suas finalidades;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



II – os imóveis utilizados como postos de abastecimento de combustíveis;

III – os imóveis que apresentem restrições ambientais à ocupação.

§ 3º São considerados solo urbano não utilizado os lotes e glebas que tenham sua área construída desocupada há mais de cinco anos, ressalvados os casos em que a desocupação decorra de impossibilidades jurídicas ou resultantes de pendências judiciais incidentes sobre o imóvel.

Art. 85. Os planos urbanísticos específicos poderão delimitar novas áreas de parcelamento, edificação e utilização compulsórios, mediante aprovação de lei municipal específica.

Art. 86. Os imóveis nas condições estabelecidas neste capítulo serão identificados e seus proprietários notificados para dar destinação regular aos imóveis, conforme estabelecido nesta lei ou legislação correlata.

§ 1º Os proprietários notificados deverão, no prazo máximo de 01 (um) ano a partir do recebimento da notificação, protocolizar pedido de aprovação e execução de parcelamento ou edificação.

§ 2º Os parcelamentos e edificações deverão ser iniciados no prazo máximo de 02 (dois) anos a contar da aprovação do projeto.

§ 3º Os imóveis deverão estar ocupados no prazo máximo de 01 (um) ano a partir do recebimento da notificação.

§ 4º A notificação far-se-á:

I – por servidor do órgão competente do Poder Executivo Municipal ao proprietário do imóvel ou, no caso deste ser pessoa jurídica, a quem tenha poderes de gerência geral ou administrativa;

74



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

II – por via postal com aviso de recebimento (AR), nos casos em que o servidor julgar necessário ou quando as circunstâncias para sua lavratura não forem adequadas;

III – por edital quando frustrada, por três vezes, a tentativa de notificação na forma prevista pelo inciso I e II.

§ 5º Em empreendimentos de grande porte, em caráter excepcional, poderá ser prevista a conclusão em etapas, assegurando-se que o projeto aprovado compreenda o empreendimento como um todo.

§ 6º A transmissão do imóvel, por ato *intervivos* ou *causa mortis*, posterior à data da notificação, transfere as obrigações de parcelamento, edificação ou utilização prevista neste artigo, sem interrupção de quaisquer prazos.

§ 7º A notificação referida no *caput* deste artigo deverá ser averbada no Cartório do Registro Geral de Imóveis e somente será baixada após emissão de licenciamento de obra concedido pelo Município de Nova Venécia-ES.

§ 8º O instrumento para proceder a baixa no Cartório do Registro Geral de Imóveis, após a emissão de licenciamento de obras, será detalhado em lei específica.

§ 9º Na prática do ato de notificação, prevalecerá a fé pública do servidor, quando não houver testemunha.

Art. 87. No caso de descumprimento das condições, etapas e prazos estabelecidos no artigo 85, o Poder Executivo Municipal aplicará alíquotas progressivas do IPTU, majoradas anualmente, pelo prazo de 05 (cinco) anos consecutivos até que o proprietário cumpra com a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar, conforme o caso.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

§ 1º Lei municipal específica estabelecerá o valor da alíquota a ser aplicado a cada ano, conforme dispõe o art. 7º da Lei Federal nº 10.257/2001.

§ 2º Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não esteja atendida em 05 (cinco) anos, a Administração Pública Municipal manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação, garantida a aplicação da medida prevista na legislação.

§ 3º É vedada a concessão de isenções ou de anistias relativas à tributação progressiva de que trata este artigo.

Art. 88. Decorridos os 05 (cinco) anos de cobrança do IPTU progressivo no tempo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, Administração Pública Municipal poderá proceder à desapropriação do imóvel com pagamento em títulos da dívida pública.

§ 1º Os títulos da dívida pública terão prévia aprovação pelo Senado Federal e serão resgatados no prazo de até 10 (dez) anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de 6% (seis por cento) ao ano.

§ 2º O valor real da indenização:

I – refletirá o valor da base de cálculo do IPTU, descontado o montante incorporado em função de obras realizadas pelo Poder Público na área onde o mesmo se localiza após a notificação prevista no artigo 86;

II – não computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

§ 3º Os títulos de que trata este artigo não terão poder liberatório para pagamento de tributos.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

§ 4º A Administração Pública Municipal procederá o adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de 05 (cinco) anos, contados a partir da sua incorporação ao patrimônio público;

§ 5º O aproveitamento do imóvel poderá ser efetivado diretamente pelo Poder Público Municipal, preferencialmente com destinação para a produção de habitação de interesse social, ou por meio de alienação ou concessão a terceiros, observando-se, nestes casos, o devido procedimento licitatório.

§ 6º Ficam mantidas para o adquirente de imóvel, nos termos do §5º, as mesmas obrigações de parcelamento, edificação ou utilização previstas nesta lei.

§ 7º Lei municipal específica, baseada no art. 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 estabelecerá as condições para aplicação deste instituto.

**CAPÍTULO IV
DO DIREITO DE PREEMPÇÃO**

Art. 89. O Poder Público Municipal poderá exercer o direito de preempção para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, conforme disposto nos artigos 25, 26 e 27 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Parágrafo único. O direito de preempção será exercido sempre que a Administração Pública Municipal necessitar de áreas para:

I – regularização fundiária;

II – execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;

III – constituição de reserva fundiária;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



IV – ordenamento e direcionamento da expansão urbana;

V – implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

VI – criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;

VII – criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;

VIII – proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

Art. 90. As áreas em que incidirá o direito de preempção serão delimitadas por lei específica, baseada nas diretrizes estabelecidas nesta lei, que fixará o prazo de vigência, não superior a 05 (cinco) anos, renovável a partir de 01 (um) ano após o decurso do prazo inicial de vigência e enquadrará cada uma das áreas nas finalidades enumeradas no artigo 89.

Art. 91. Os imóveis colocados à venda nas áreas de incidência do direito de preempção deverão ser necessariamente oferecidos ao município, que terá preferência para aquisição pelo prazo estabelecido em lei.

Art. 92. O Poder Executivo Municipal deverá notificar o proprietário do imóvel localizado em área delimitada através do Cartório de Registro de Imóveis, para o exercício do direito de preempção, dentro do prazo de trinta dias a partir da vigência da lei que a delimitou.

Art. 93. Caso existam terceiros interessados na compra do imóvel definido como perempto, o proprietário deverá notificar sua intenção de alienar o imóvel, para que a Administração Pública Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, manifeste por escrito seu interesse em comprá-lo.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

§ 1º A notificação de que trata este artigo deverá ser apresentada com os seguintes documentos:

I – proposta de compra apresentada pelo terceiro interessado na aquisição do imóvel, da qual constarão preço, condições de pagamento e prazo de validade;

II – endereço do proprietário, para recebimento de notificação e outras comunicações;

III – certidão da matrícula do imóvel, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis da circunscrição imobiliária competente;

IV – declaração assinada pelo proprietário, sob as penas da lei, de que não incidem quaisquer encargos e ônus sobre o imóvel, inclusive os de natureza real, tributária ou executória.

§ 2º O Poder Público Municipal fará publicar, em órgão oficial e em pelo menos um jornal local ou regional de grande circulação, edital de aviso da notificação recebida, nos termos do *caput* e da intenção de aquisição do imóvel nas condições da proposta apresentada.

§ 3º Transcorrido o prazo mencionado no *caput* sem manifestação, fica o proprietário autorizado a realizar a alienação para terceiros, nas condições da proposta apresentada, sem prejuízo do direito do Poder Público Municipal em exercer a preferência em face de outras propostas de aquisições onerosas futuras dentro do prazo legal de vigência do direito de preempção.

Art. 94. Concretizada a venda a terceiro, o proprietário fica obrigado a apresentar à Administração Pública Municipal cópia do instrumento particular ou público de alienação do imóvel dentro do prazo de 30 (trinta) dias após sua assinatura.

Art. 95. O Poder Executivo Municipal promoverá as medidas judiciais cabíveis para a declaração de nulidade de alienação onerosa efetuada em condições diversas da proposta



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

apresentada e a adjudicação de imóvel que tenha sido alienado a terceiros apesar da manifestação da Administração Pública Municipal de seu interesse em exercer o direito de preferência.

Parágrafo único. Em caso de nulidade da alienação efetuada pelo proprietário, o Poder Executivo Municipal poderá adquirir o imóvel pelo valor da base de cálculo do imposto predial e territorial urbano ou pelo valor indicado na proposta apresentada, se este for inferior àquele.

**CAPÍTULO V
DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR**

Art. 96. O Poder Executivo Municipal poderá outorgar onerosamente o exercício do direito de construir, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário, nos termos dos artigos 28, 29, 30 e 31 do Estatuto da Cidade e de acordo com os critérios estabelecidos nesta lei.

Parágrafo único. A concessão da Outorga Onerosa do Direito de Construir poderá ser negada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CMDU, caso se verifique possibilidade de impacto não suportável pela infraestrutura ou o risco de comprometimento da paisagem urbana.

Art. 97. São áreas passíveis de aplicação da Outorga Onerosa do Direito de Construir aquelas onde o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico até o limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento máximo, mediante contrapartida.

Art. 98. O valor a ser pago pela outorga onerosa é obtido pela aplicação da seguinte fórmula: $VLO = (VLT \times Y) \times QA$, em que:

I – VLO é o valor a ser pago pela outorga;



PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO



II – VLT é o valor do metro quadrado do terreno, multiplicado por Y;

III – QA é a quantidade de metros quadrados acrescidos;

IV – Y é o fator de correção diferenciado por núcleo urbano ou distrito.

Parágrafo único. Lei de iniciativa do Poder Executivo Municipal, contendo exposição de motivos e tabela de valores, definirá o fator de correção para cada núcleo urbano ou distrito, que poderá variar progressivamente até um, e disporá sobre a disciplina de sua cobrança.

Art. 99. Os recursos auferidos com a adoção da Outorga Onerosa do Direito de Construir serão destinados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Parágrafo único. Os recursos auferidos com a Outorga Onerosa do Direito de Construir devem ser recolhidos ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, para serem repassados ou utilizados para o atendimento das finalidades abaixo relacionadas:

- a) regularização fundiária;
- b) execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;
- c) constituição de reserva fundiária;
- d) ordenamento e direcionamento da expansão urbana;
- e) implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- f) criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



g) criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental.

**CAPÍTULO VI
DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS**

Art. 100. Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público Municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área, transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

Art. 101. Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas:

I – a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente;

II – a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente.

Art. 102. Lei municipal específica, baseada no disposto nesta lei, poderá delimitar áreas para aplicação de operações urbanas consorciadas.

§ 1º A Lei específica de que trata o *caput* deste artigo constará o plano de operação urbana consorciada, contendo, no mínimo:

I – definição da área a ser atingida;

II – programa básico de ocupação da área;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

III – programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;

IV – finalidades da operação;

V – estudo prévio de impacto ambiental e de vizinhança;

VI – contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios previstos nos incisos I e II do artigo 100;

VII – forma de controle da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação da sociedade civil;

VIII – solução habitacional dentro de seu perímetro ou vizinhança próxima, no caso da necessidade de remover os moradores de assentamentos irregulares em áreas de risco ou de recuperação ambiental;

IX – garantia de preservação dos imóveis e espaços urbanos de especial valor cultural e ambiental, protegidos por tombamento ou lei;

X – conta ou fundo específico que deverá receber os recursos de contrapartidas financeiras decorrentes dos benefícios urbanísticos concedidos.

§ 2º Os recursos obtidos pelo poder público municipal serão aplicados exclusivamente na própria operação urbana consorciada.

§ 3º A partir da aprovação da lei específica de que trata o *caput* deste artigo, são nulas as licenças e autorizações a cargo do Poder Público Municipal expedidas em desacordo com o plano de operação urbana consorciada.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 103. Entende-se como transferência do direito de construir o instrumento de política urbana por meio do qual se permite como forma de compensação, ao proprietário de imóvel sobre o qual incide um interesse público de preservação de bens de interesse socioambiental ou de interesse social, a transferência, para outro local, do potencial construtivo que foi impedido de utilizar.

Parágrafo único. Para efeito de aplicação da transferência do direito de construir, o enquadramento dos imóveis, conforme o *caput* deste artigo será definido por órgão municipal competente e aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, respeitando as disposições desta lei.

Art. 104. Lei municipal específica, baseada no disposto nesta lei, estabelecerá a autorização para a transferência do direito de construir e as condições relativas à sua aplicação.

Art. 105. Não podem originar transferência do direito de construir os imóveis:

I – desapropriados;

II – situados em áreas de interesse paisagístico e de preservação permanente;

III – de propriedade pública.

Art. 106. Os imóveis passíveis de receber o direito potencial construtivo, transferidos de outros imóveis, serão definidos na Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo.

Parágrafo único. O potencial construtivo máximo acumulável por transferência de outros imóveis fica limitado a 50% (cinquenta por cento) do potencial construtivo definido pelo coeficiente de aproveitamento máximo.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



**CAPÍTULO VII
DO DIREITO DE SUPERFÍCIE**

Art. 107. O direito de superfície é o direito real de construir, assentar qualquer obra ou plantar em solo.

Art. 108. É facultado ao proprietário de imóvel urbano, conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis, conforme o disposto na Lei Federal nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade.

§ 1º O direito de superfície abrange o direito de utilizar o solo, o subsolo ou espaço aéreo relativo ao terreno, na forma estabelecido no contrato respectivo, atendida a legislação urbanística.

§ 2º A concessão do direito de superfície poderá ser onerosa ou gratuita.

§ 3º O superficiário responderá integralmente pelos encargos e tributos que incidirem sobre a propriedade superficiária, arcando, ainda, proporcionalmente a sua parcela de ocupação efetiva com os encargos e tributos sobre a área objeto da concessão do direito de superfície, salvo disposição em contrário respectivo.

Art. 109. O direito de superfície poderá ser exercido em todo o território municipal.

§ 1º O Poder Público Municipal poderá exercer o direito de superfície em áreas particulares onde haja carência de equipamentos públicos e comunitários.

§ 2º A Administração Pública Municipal poderá utilizar o direito de superfície em caráter transitório para remoção temporária de moradores de núcleos habitacionais de baixa renda, pelo tempo que durarem as obras de urbanização.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



Art. 110. O Poder Executivo Municipal poderá conceder, onerosamente, o direito de superfície do solo, subsolo ou espaço aéreo, nas áreas públicas integrantes do seu patrimônio, para exploração por parte das concessionárias de serviços públicos.

Art. 111. O proprietário do terreno poderá conceder à administração direta e indireta do Município de Nova Venécia-ES o direito de superfície, nos termos da legislação em vigor, objetivando a implementação de diretrizes constantes desta lei.

**CAPÍTULO VIII
DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA**

Art. 112. Os empreendimentos que causarem impacto urbano e ambiental, definidos, na legislação municipal, como atividades de impacto local, adicionando o cumprimento dos demais dispositivos previstos na legislação urbanística, e que terão sua aprovação condicionada à elaboração e aprovação de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV, a ser apreciado pelos órgãos competentes da Administração Pública Municipal e aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU.

§ 1º Para efeito desta lei, os empreendimentos ou atividades de impacto são aqueles que:

- I** – quando implantados venham a sobrecarregar a infraestrutura urbana;
- II** – tenham repercussão ambiental significativa, provocando alterações nos padrões funcionais e urbanísticos de vizinhança ou na paisagem urbana;
- III** – prejudiquem o patrimônio cultural, artístico ou histórico do Município de Nova Venécia-ES;
- IV** – estabeleçam alteração ou modificação substancial na qualidade de vida da população residente na área ou em suas proximidades, afetando sua saúde, segurança ou bem-estar.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

§ 2º O Poder Público Municipal poderá propor, mediante lei, outros empreendimentos ou atividades sujeitas à elaboração do EIV, após apreciação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Art. 113. O Estudo de Impacto de Vizinhança deverá contemplar os aspectos positivos e negativos do empreendimento sobre a qualidade de vida da população residente ou usuária da área em questão e seu entorno, devendo incluir, no que couber, a análise e proposição de solução para as seguintes questões:

- I – adensamento populacional;
- II – equipamentos comunitários de saúde e educação;
- III – uso e ocupação do solo;
- IV – valorização imobiliária;
- V – sistema de circulação e transportes, incluindo, entre outros, tráfego gerado, acessibilidade, estacionamento, carga e descarga, embarque e desembarque;
- VI – ventilação e iluminação;
- VII – áreas de interesse histórico, cultural, paisagístico e ambiental;
- VIII – identificação dos resíduos e suas destinações finais;
- IX – geração de ruídos e poluentes em geral (sonora, visual e acústica);
- X – equipamentos urbanos, incluindo o consumo de água e de energia elétrica, bem como geração de resíduos sólidos, líquidos e efluentes de drenagem de águas pluviais;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



XI – riscos ambientais;

XII – impacto socioeconômico na população residente ou atuante no entorno.

Parágrafo único. Os empreendimentos sujeitos à elaboração de estudo de impacto ambiental não serão dispensados da elaboração do EIV.

Art. 114. O Poder Executivo Municipal, com base no EIV, para eliminar ou minimizar impactos negativos a serem gerados pelo empreendimento, deverá solicitar como condição para aprovação do projeto, alterações e complementações do mesmo, bem como a execução de melhorias na infraestrutura urbana e de equipamentos comunitários, tais como:

I – ampliação das redes de infraestrutura urbana;

II – área de terreno ou área edificada para instalação de equipamentos comunitários em percentual compatível com o necessário para o atendimento da demanda a ser gerada pelo empreendimento;

III – ampliação e adequação do sistema viário, faixas de desaceleração, ponto de ônibus, faixa de pedestres, semaforização;

IV – proteção acústica, o uso de filtros e outros procedimentos que minimizem incômodos da atividade;

V – manutenção de imóveis, fachadas ou outros elementos arquitetônicos ou naturais considerados de interesse paisagístico, histórico, artístico ou cultural, bem como recuperação ambiental da área;

VI – cotas de emprego e cursos de capacitação profissional, entre outros;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



VII – percentual de habitação de interesse social no empreendimento;

VIII – possibilidade de construção de equipamentos sociais em outras áreas da cidade.

Parágrafo único. A aprovação do empreendimento ficará condicionada a assinatura de termo de compromisso pelo interessado, em que este se compromete a arcar integralmente com as despesas decorrentes das obras e serviços necessários à minimização dos impactos decorrentes da implantação do empreendimento e demais exigências apontadas pelo Poder Executivo Municipal, antes da finalização do empreendimento.

Art. 115. Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

§ 1º Serão fornecidas cópias do EIV, quando solicitadas pelos moradores da área afetada ou suas associações.

§ 2º Antes da decisão sobre o projeto pelo órgão público municipal responsável pelo EIV deverá, sempre que exigido, na forma da lei, realizar audiência pública com os moradores da área afetada ou com suas respectivas associações.

Art. 116. Os parâmetros, procedimentos e demais aspectos necessários à implementação do EIV serão estabelecidos em lei específica.

CAPÍTULO IX

DOS PROJETOS URBANÍSTICOS ESPECÍFICOS

Art. 117. Os projetos urbanísticos específicos serão elaborados pelo Poder Executivo Municipal, de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei e na Lei de Ordenamento Territorial, e submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, previamente à sua aprovação pela Administração Pública Municipal.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



Parágrafo único. Quando os projetos urbanísticos de que trata este artigo envolverem a definição de parâmetros de uso e ocupação do solo não previstos nesta lei ou na Lei de Ordenamento Territorial, deverão ser submetidos à aprovação da Câmara Municipal.

**TÍTULO V
DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA**

**CAPÍTULO X
DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 118. A legislação tributária será utilizada como instrumento complementar ao desenvolvimento urbano, de acordo com as seguintes diretrizes:

- I** – manter atualizada a Planta Genérica de Valores - PGV com base nas informações cadastrais;
- II** – desenvolver programa de regularização imobiliária;
- III** – promover o cadastramento das áreas e ocupações no Município de Nova Venécia que não recolhem tributos, visando sua regularização, titulação e tributação, respeitadas as diretrizes ambientais e aquelas contidas nesta lei;
- IV** – renegociar as dívidas decorrentes do não pagamento do IPTU;
- V** – realizar estudos sistemáticos para avaliar o processo de valorização imobiliária, visando manter sempre atualizados os valores venais dos imóveis do Município de Nova Venécia-ES.

CAPÍTULO XI



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



**DAS DIRETRIZES PARA REGULARIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS
PRECÁRIOS, LOTEAMENTOS IRREGULARES E EDIFICAÇÕES
DESCONFORMES**

Art. 119. Legislação específica definirá normas técnicas e procedimentos para regularizar as seguintes situações:

- I** – parcelamentos dos solos implantados irregularmente;
- II** – assentamentos, definidos como Área de Interesse Social;
- III** – edificações executadas e utilizadas em desacordo com a legislação vigente.

**SEÇÃO I
DO PARCELAMENTO DO SOLO**

Art. 120. Os parcelamentos do solo para fins urbanos implantados irregularmente poderão ser regularizados com base em lei que contenha no mínimo:

- I** – os requisitos urbanísticos e jurídicos necessários à regularização, com base na Lei Federal nº 6.766/1979 e suas alterações, em lei municipal e procedimentos administrativos;
- II** – o estabelecimento de procedimentos que garantam os meios para exigir do loteador irregular o cumprimento de suas obrigações;
- III** – a possibilidade da execução das obras e serviços necessários à regularização pela Administração Pública Municipal ou associação de moradores, sem isentar o loteador das responsabilidades legalmente estabelecidas;
- IV** – as ações de fiscalização necessárias para coibir a implantação de novos parcelamentos irregulares;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 121. É responsabilidade do Poder Executivo Municipal urbanizar e promover a regularização fundiária de assentamentos de interesse social, incorporando-as ao tecido urbano regular, garantindo aos seus moradores condições dignas de moradia, acesso aos serviços públicos essenciais e o direito ao uso do imóvel ocupado, respeitadas as condicionantes físicas e ambientais.

§ 1º O Executivo poderá encaminhar leis para desafetação das áreas públicas municipais, da classe de bens de uso comum do povo, ocupadas por habitações de população de baixa renda.

§ 2º O Executivo poderá outorgar a concessão de uso especial para fins de moradia, prevista na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade e demais normas pertinentes.

§ 3º A urbanização dos assentamentos interesse social deverá respeitar normas e padrões urbanísticos especiais, definidos pelo Poder Executivo Municipal.

§ 4º A urbanização deverá, em todas suas etapas, ser desenvolvida com a participação direta dos moradores e de suas diferentes formas de organização, quando houver.

§ 5º Os programas de urbanização deverão priorizar as áreas de risco e em áreas sujeitas à inundação e impróprias do ponto de vista ambiental, e estabelecer e tornar públicos os critérios e prioridades de atendimento.

**SEÇÃO II
DAS EDIFICAÇÕES**

Art. 122. As edificações em desacordo com a legislação vigente poderão ser regularizadas com base em lei que contenha, no mínimo:



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

I – os requisitos técnicos, jurídicos e os procedimentos administrativos;

II – as condições mínimas para garantir higiene, segurança de uso, estabilidade e habitabilidade, podendo a Administração Pública Municipal exigir obras de adequação quando necessário;

III – a exigência de anuência ou autorização dos órgãos competentes, quando se tratar de regularização em áreas de proteção e preservação ambiental, cultural, paisagística, de mananciais, em cones de aproximação dos aeroportos, e quando se tratar de instalações, equipamentos públicos e atividades sujeitas ao licenciamento ambiental.

Parágrafo único. Não serão passíveis da regularização, as edificações que estejam localizadas em logradouros ou terrenos públicos ou que estejam situadas em faixas não edificáveis junto às represas, lagos, lagoas, córregos, rios, fundo de vale, faixa de escoamento de águas pluviais, galerias, canalizações, linhas de transmissão de energia de alta tensão, e demais áreas de preservação permanente.

SUBSEÇÃO I

DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES

Art. 123. O Programa de Regularização de Construções corresponde a um instrumento de planejamento territorial destinado a regularizar a situação de imóveis edificados em desacordo com as normas urbanísticas e edílicas vigentes, a fim de compatibilizá-los as suas funções sociais em obediência ao ordenamento territorial preconizado pela Lei Federal 10.251/2001 – Estatuto da Cidade.

Parágrafo único. A regularização a que se refere o programa de que trata o presente artigo requer a aprovação do projeto arquitetônico da edificação, fornecimento de certidão de construção detalhada e respectivo habite-se pela Administração Pública Municipal.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 124. A política de regularização de construções do Município de Nova Venécia-ES atenderá, precipuamente, aos princípios:

- I – da cidadania;
- II – da dignidade da pessoa humana;
- III – da justiça social;
- IV – da moradia;
- V – do desenvolvimento territorial;
- VI – da função social da propriedade;
- VII – do bem estar dos venecianos.

Art. 125. Sem prejuízo das finalidades precípua do Programa de Regularização de Construções, serão observadas obrigatoriamente as seguintes diretrizes:

- I – garantir o direito à cidade sustentável;
- II – adequar as medidas de regularização imobiliária e edílicia à infraestrutura urbana local;
- III – estimular o desenvolvimento territorial;
- IV – respeitar o planejamento da cidade e distribuição espacial da população;
- V – corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

94



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



VI – garantir a oferta de equipamentos urbanos e comunitários;

VII – ordenar e controle do uso do solo para a correta utilização dos imóveis urbanos e coibição da proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;

VIII – coibir a deterioração das áreas urbanizadas, bem assim, a poluição e degradação ambiental.

Art. 126. Para todos os efeitos, serão exigidas e respeitadas as condições mínimas de habitabilidade, salubridade e segurança dos imóveis e edificações cujos proprietários aderirem ao projeto de regularização, observados critérios técnicos uniformes de apreciação dos pedidos, disciplinados em lei.

Art. 127. Os procedimentos de regularização de edificações ater-se-ão exclusivamente aos aspectos urbanísticos, edilícios e ambientais, vinculados apenas à minimização de exigências contidas na legislação municipal de edificações, posturas e urbanismo, bem assim, em normas correlatas.

Art. 128. Somente serão beneficiados pelo programa instituído nesta lei, as edificações em imóveis quites com suas obrigações fiscais perante a Fazenda Pública Municipal.

Art. 129. Para efeitos de aplicação desta lei não será passível de regularização a edificação que estiver:

I – invadindo logradouro público;

II – situada em área de risco;

III – gerar riscos de estabilidade, segurança, higiene ou de salubridade;

IV – identificada como de interesse de preservação nas suas diversas formas;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

V – sub judice em decorrência de litígio relacionado a execução de obras irregulares;

VI – ocupar área de interesse público sem essa finalidade.

Art. 130. Legislação específica estabelecerá as normas e condições para regularização das edificações que se encontrarem total ou parcialmente em desacordo às normas urbanísticas vigentes.

**TÍTULO VI
DA GESTÃO URBANA**

**CAPÍTULO I
DO SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

Art. 131. O Sistema Municipal de Planejamento, nos termos do art. 68 da Lei Orgânica do Município de Nova Venécia-ES, é o conjunto de órgãos, normas, recursos humanos e técnicos voltados à coordenação da ação planejada da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Planejamento compõe-se de um órgão central de planejamento, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, como órgão superior, e de órgãos setoriais.

Art. 132. O Poder Executivo Municipal promoverá a adequação de sua estrutura administrativa para a incorporação dos objetivos, diretrizes e ações previstas nesta lei, mediante a criação ou reestruturação de órgãos, bem como a reformulação das respectivas competências.

**SEÇÃO I
DO ÓRGÃO CENTRAL DE PLANEJAMENTO**



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



Art. 133. O órgão central de planejamento é aquele responsável pela atualização, controle, acompanhamento e avaliação do Plano Diretor do Município de Nova Venécia-ES, a quem compete, sem prejuízo de outras atribuições estabelecidas em legislação específica:

I – coordenar a articulação entre os órgãos e agentes que atuam no desenvolvimento urbano do Município de Nova Venécia-ES;

II – definir e executar a política e as diretrizes de desenvolvimento urbano do Município de Nova Venécia-ES;

III – subsidiar a Administração Pública Municipal na implementação do Plano Diretor Municipal, mantendo-o informado quanto a demandas, conflitos detectados e alterações na dinâmica territorial;

IV – elaborar, apreciar e encaminhar propostas de elaboração ou alteração na legislação urbanística;

V – emitir parecer técnico sobre os parcelamentos, uso e ocupação do solo.

SEÇÃO II

DO GRUPO ESPECIAL DE ANÁLISE

Art. 134. Será criado e regulamentado pelo Poder Executivo Municipal, o Grupo Especial de Análise – GEA, composto por servidores públicos com qualificação técnica, a fim de assessorar a Administração Pública Municipal nas seguintes atribuições:

I – analisar projetos e emitir pareceres sobre a aprovação dos planos de urbanização geradores de impacto, os Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social – EHIS e os planos de urbanização específica;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

II – analisar e emitir pareceres sobre a aprovação prévia e a implantação de projetos de atividades de significativo impacto, classificadas como incômodas ou impactantes na lei específica;

III – analisar os projetos e emitir pareceres sobre a aprovação dos empreendimentos resultantes da aplicação dos instrumentos da política urbana.

Parágrafo único. Proceder à análise dos casos omissos, contraditórios e elaborar os devidos pareceres a serem submetidos à manifestação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CMDU.

SEÇÃO III

DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Art. 135. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CMDU, é um órgão superior do sistema de planejamento municipal, de natureza consultiva, deliberativa e decisiva.

SUBSEÇÃO I

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 136. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano rege-se pelos seguintes princípios e objetivos:

I – assegurar a participação da comunidade na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para o ordenamento físico e territorial do Município de Nova Venécia-ES, em especial no âmbito da habitação, parcelamento, uso e ocupação do solo, saneamento ambiental, transportes urbanos e infraestrutura;

[Handwritten signature]
198



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



II – acompanhar e fiscalizar a aplicação de recursos públicos municipais, estaduais ou federais nas ações voltadas à política urbana e ao desenvolvimento e ordenamento físico e territorial do Município de Nova Venécia – ES.

**SUBSEÇÃO II
DA COMPETÊNCIA**

Art. 137. Compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CMDU:

I – acompanhar a elaboração e regulamentação da legislação urbana e analisar, quando solicitado, casos específicos;

II – acompanhar as atividades da Câmara Municipal de Nova Venécia-ES nos temas afetos às políticas públicas de desenvolvimento urbano e rural relativas ao planejamento físico e territorial;

III – acompanhar e avaliar a execução da Política Municipal de Desenvolvimento Urbano, sugerindo adequações quando julgar pertinente, desde que devidamente motivadas pelas respectivas justificativas e estudos técnicos, por meio de resoluções a serem encaminhadas ao Poder Executivo Municipal através do órgão responsável pela política de planejamento territorial;

IV – acompanhar e avaliar, quando necessário, as diretrizes para elaboração de planos de urbanização específica e de habitação de interesse social, em função das características sociais, urbanísticas e fundiárias;

V – acompanhar e fiscalizar periodicamente a aplicação dos recursos arrecadados pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano – FMDU, a execução dos projetos custeados e as respectivas prestações de contas;

VI – analisar e aprovar os Estudos de Impacto de Vizinhança, quando solicitado;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



VII – analisar, opinar e decidir, mediante resoluções, sobre a correta interpretação de possíveis casos omissos ou conflitantes da legislação urbanística municipal, indicando as respectivas soluções e opinar sobre as regulamentações decorrentes desta lei;

VIII – analisar propostas de parcelamento do solo no Município de Nova Venécia-ES, previamente à aprovação do prefeito municipal;

IX – analisar, propor e aprovar propostas de programas, ações e projetos afetos às políticas urbanísticas, inclusive aqueles passíveis de serem custeados por intermédio dos recursos arrecadados pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano;

X – apreciar os planos e as contas de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano;

XI – aprovar os projetos urbanísticos específicos;

XII – convocar e organizar a Conferência Municipal da Cidade;

XIII – dar publicidade e divulgar seus trabalhos e decisões;

XIV – elaborar e aprovar o seu regimento interno;

XV – elaborar propostas, examinar e emitir pareceres nos temas afetos à política urbana, quando solicitado;

XVI – estabelecer comissões de estudos, grupos temáticos e promover encontros, seminários e debates sobre temas estratégicos e específicos relacionados à política urbana e habitacional;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

- XVII** – manter canais de comunicação, em relação aos temas que lhe são afetos, com outros órgãos do Poder Público, bem como, receber sugestões, propostas e matérias de interesse coletivo, encaminhadas por setores e agentes da sociedade civil ou de fóruns temáticos setoriais;
- XVIII** – monitorar e acompanhar a implementação e as revisões do Plano Diretor Municipal;
- XIX** – opinar sobre ameaças à defesa do patrimônio histórico, arquitetônico, natural e cultural do Município de Nova Venécia-ES;
- XX** – organizar plenárias e audiências públicas, quando necessário, para a discussão de diretrizes e projetos relacionados à transformação urbana que possam gerar impactos significativos no meio onde se deseje inseri-los;
- XXI** – participar das audiências públicas da Câmara Municipal de Nova Venécia-ES referentes às políticas de desenvolvimento urbano;
- XXII** – pronunciar-se sobre as propostas, iniciativas, programas, planos e projetos referentes ao desenvolvimento do Município de Nova Venécia-ES, notadamente as que exerçam impacto sobre o espaço urbano;
- XXIII** – propiciar e garantir a articulação efetiva do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano com associações e demais entidades representativas locais, bem como, com outros conselhos, no âmbito municipal, estadual e federal, buscando o fortalecimento da participação social;
- XXIV** – propor aos órgãos competentes medidas e normas para a implantação, acompanhamento, avaliação da legislação urbanística e, em especial do Plano Diretor Municipal;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

XXV – propor dispositivos e instrumentos de fiscalização e controle do uso e ocupação do solo;

XXVI – propor e apoiar mecanismos de cooperação com os Governos da União, do Estado e dos Municípios do Espírito Santo e a sociedade na formulação e execução da política municipal e regional de desenvolvimento urbano;

XXVII – propor medidas com vistas à implantação do planejamento urbano contínuo no Município de Nova Venécia-ES;

XXVIII – propor realização de estudos, pesquisas, debates, seminários ou cursos afetos a política de desenvolvimento urbano;

XXIX – sugerir alterações no zoneamento e, quando solicitado, opinar sobre propostas apresentadas;

XXX – sugerir medidas a serem tomadas pelos órgãos fiscalizadores da política urbana do Município;

XXXI – supervisionar a aplicação dos instrumentos de indução da política urbana estabelecidos no Plano Diretor Municipal;

§ 1º As indicações do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano estão adstritas às matérias atinentes a esta lei e não elidem a necessidade da realização de audiências públicas e da apresentação dos respectivos estudos técnicos quando implicarem em alteração das regras estabelecidas pelo Plano Diretor Municipal.

§ 2º O Conselho de Desenvolvimento Urbano poderá solicitar estudo subsidiando a análise técnica de projetos específicos.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



**SUBSEÇÃO III
DA COMPOSIÇÃO**

Art. 138. A definição da composição do CMDU, garantida a participação de representante de entidades representativas e associativas da sociedade civil, representantes de setores da administração pública, e representantes dos setores produtivos, será bipartite e paritária, com direito a voto, constituído por:

a) 06 (seis) titulares e respectivos suplentes representantes governamentais indicados diretamente pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

b) 06 (seis) titulares e respectivos suplentes representantes da sociedade civil organizada, indicados pelo representante legal de cada entidade.

§ 1º A cada membro corresponde um suplente, que suprirá automaticamente a falta ou impedimento do respectivo titular.

§ 2º Os representantes da sociedade civil e seus suplentes serão indicados pelas entidades regularmente constituídas.

§ 3º A função de conselheiro não será remunerada, sendo considerada de relevante interesse público.

§ 4º A presidência do CMDU será exercida por membro indicado diretamente pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, sem direito a voto, exceto em casos de empate, escolhida em votação plenária pelos conselheiros indicados.

§ 5º A vice-presidência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano será exercida por membro representante da sociedade civil, escolhida em votação plenária pelos conselheiros indicados.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



**SUBSEÇÃO IV
DO MANDATO DOS MEMBROS DO CMDU**

Art. 139. A nomeação e posse dos conselheiros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano far-se-á através de ato do Poder Executivo Municipal.

§ 1º No primeiro ano do mandato do Chefe do Poder Executivo Municipal, os representantes da Administração Pública Municipal deverão ser indicados em até 60 (sessenta) dias de sua posse.

§ 2º O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida a recondução por mais 01 (um) ano.

§ 3º As entidades da sociedade civil deverão indicar seus representantes e suplentes, com antecedência de 30 (trinta) dias, antes do término do mandato dos conselheiros.

§ 4º Na hipótese de o suplente assumir o cargo do titular definitivamente, a entidade deverá indicar um novo suplente no prazo de 60 (sessenta) dias.

**SUBSEÇÃO V
DO FUNCIONAMENTO**

Art. 140. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou por requerimento de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos seus membros.

§ 1º Nas deliberações do CMDU, cada membro terá direito a um voto, cabendo ao Presidente apenas o direito ao voto de qualidade.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

§ 2º A organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano será disciplinado em Regimento Interno, que deverá ser aprovado pela maioria absoluta em plenário e instituído por Decreto do Poder Executivo Municipal.

**CAPÍTULO II
DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES**

Art. 141. O Sistema Municipal de Informações – SIMIN integra o Sistema Municipal de Desenvolvimento Urbano e objetiva assegurar a produção, o acesso, a distribuição, o uso e o compartilhamento das informações de interesse do ordenamento territorial e urbano do Município de Nova Venécia-ES.

Parágrafo único. O SIMIN será coordenado pelo órgão central de planejamento do Município de Nova Venécia-ES.

Art. 142. São princípios fundamentais do SIMIN:

- I – o direito à informação como um bem público fundamental;
- II – o uso e compartilhamento de informações como condição essencial para a eficácia da gestão municipal;
- III – a valorização das formas descentralizadas e participativas de gestão.

Art. 143. Compete ao órgão responsável pelo SIMIN:

- I – coordenar as ações visando à implementação e implantação do sistema;
- II – elaborar normas e definir padrões de entrada e de saída que garantam o fluxo e a compatibilidade das informações;



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

III – homologar as informações produzidas pelos órgãos para incorporação ao sistema.

Art. 144. O SIMIN tem por objetivos:

I – coletar, organizar, produzir e divulgar informações de gestão pública, relevantes do Município de Nova Venécia-ES;

II – garantir adequado suprimento, circulação e uso de informações indispensáveis à articulação, coordenação e desempenho da administração municipal;

III – facilitar as condições de acesso dos agentes locais às informações indispensáveis à promoção do desenvolvimento municipal;

IV – melhorar a qualidade do atendimento público à população, eliminando, simplificando ou agilizando rotinas burocráticas;

V – garantir transparência às ações da administração municipal;

VI – oferecer subsídios e apoio ao Sistema Municipal de Planejamento Urbano e ao processo de decisão das ações da administração municipal.

Art. 145. Os agentes públicos e privados, em especial os concessionários de serviços públicos que desenvolvem atividades no município deverão fornecer ao Poder Executivo Municipal, no prazo que este fixar, todos os dados e informações que forem considerados necessários ao SIMIN.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se também às pessoas jurídicas autorizadas prestar serviços públicos, mesmo quando submetidas ao regime de direito privado.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

**CAPÍTULO III
DA PARTICIPAÇÃO POPULAR**

Art. 146. É assegurada a participação direta da população em todas as fases do processo de gestão democrática da cidade, mediante as seguintes instâncias de participação:

I – Conferência Municipal de Desenvolvimento Urbano;

II – Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano;

III – audiências públicas;

IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

**SEÇÃO II
DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**

Art. 147. Para os empreendimentos ou atividades, públicos ou privados, em processo de implantação, considerados de impacto urbanísticos ou ambiental, serão realizadas audiências públicas e exigidos Estudos de Impacto de Vizinhança - EIV e Ambiental - EIA/RIMA.

§ 1º Todos os documentos relativos ao tema da audiência pública, tais como estudos, plantas, planilhas e projetos, serão colocados à disposição de qualquer interessado para exame e extração de cópias, inclusive por meio eletrônico, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da respectiva audiência pública.

§ 2º As intervenções realizadas em audiência pública serão registradas por escrito e gravadas para acesso e divulgação públicos, e deverão constar no processo.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



§ 3º O Poder Executivo Municipal regulamentará os procedimentos para realização das audiências públicas e dos critérios de classificação do impacto urbanístico ou ambiental.

Art. 148. As audiências públicas têm por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar os empreendimentos ou atividades públicas ou privadas em processo de implantação consideradas de impacto urbanístico ou ambiental e deve atender aos seguintes requisitos:

I – ser convocada por edital na imprensa local ou utilizar os meios de comunicação;

II – ocorrer em locais e horários acessíveis à maioria da população;

III – ser dirigida pelo Poder Público Municipal que, após a exposição de todo o conteúdo, abrirá as discussões aos presentes;

IV – garantir a presença de todos os cidadãos, independente de comprovação de residência ou qualquer outra condição, que assinarão lista de presença;

V – ser gravada e, ao final de cada uma, lavrada a respectiva ata, compondo memorial do processo.

**SEÇÃO III
DA INICIATIVA POPULAR**

Art. 149. A iniciativa popular de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano poderá ser tomada por, no mínimo, 5% (cinco por cento) dos eleitores do Município de Nova Venécia-ES.

Art. 150. Qualquer proposta de iniciativa popular a que se refere esta seção deverá ser apreciada pelo Poder Executivo Municipal em parecer técnico circunstanciado sobre o seu conteúdo e alcance, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a partir de sua apresentação.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



§ 1º O prazo previsto no *caput* deste artigo poderá ser prorrogado, desde que solicitado com a devida justificativa.

§ 2º A proposta e o parecer técnico a que se refere este artigo deverão ser amplamente divulgados para conhecimento público.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 151. Ao Poder Executivo Municipal caberá ampla divulgação do Plano Diretor Municipal, por meios de comunicação disponíveis.

Art. 152. O Poder Executivo Municipal encaminhará à apreciação da Câmara Municipal, a contar da data de publicação desta lei:

I – revisão da Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo;

II – revisão do Código de Obras e Edificações;

III – revisão do Código de Posturas.

IV – revisão da lei de perímetro urbano;

Parágrafo único. As leis de que trata este artigo tomarão por base as diretrizes estabelecidas neste Plano Diretor Municipal.

Art. 153. A descrição dos limites das macrozonas e dos perímetros urbanos criados nesta lei deverá ser realizada por ato do Poder Executivo Municipal, a partir da data de aprovação desta lei.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

§ 1º Os limites das macrozonas e dos perímetros urbanos, referidos no *caput* deste artigo, deverão conter as coordenadas dos vértices definidores georreferenciados ao Sistema de Referências Geocêntrico para as Américas (SIRGAS 2000).

§ 2º A descrição dos perímetros urbanos das macrozonas deverá obedecer aos limites estabelecidos nesta norma, conforme os mapas dos anexos I e II integrantes desta lei.

Art. 154. Deverá ser elaborado em prazo fixado em lei federal específica, contado a partir da vigência desta lei, os seguintes planos complementares, observando-se os princípios e diretrizes previstas nesta lei:

I – Plano Municipal de Mobilidade e Acessibilidade;

II – Plano Municipal de Drenagem;

III – Plano Municipal de Esgotamento Sanitário;

IV – Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico;

V – Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;

VI – Plano Municipal de Habitação e de Regularização Fundiária.

Art. 155. O Plano Diretor Municipal deverá ser revisto no prazo máximo de 10 (dez) anos, contados da data de sua publicação.

§ 1º Considerar-se-á cumprida a exigência prevista no *caput* deste artigo com o envio do projeto de lei por parte do Poder Executivo Municipal à Câmara Municipal de Nova Venécia-ES, assegurada a participação popular.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

§ 2º O disposto neste artigo não impede a propositura e aprovação de alterações durante o prazo previsto neste artigo.

§ 3º O Poder Executivo Municipal poderá encaminhar à Câmara Municipal de Nova Venécia-ES projetos de alteração do Plano Diretor Municipal nos seguintes casos:

I – adequação dos programas e ações previstos nesta lei;

II – aplicação dos instrumentos de política urbana, em especial aqueles previstos na Lei Federal nº 10.257/2001;

III – interesse público envolvido na alteração, devidamente comprovado.

Art. 156. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Lei n.º 2.787 de 21 de dezembro de 2006 e a Lei n.º 3.487 de 28 de novembro de 2018.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA – ES, aos 11 dias do mês de agosto de 2023.

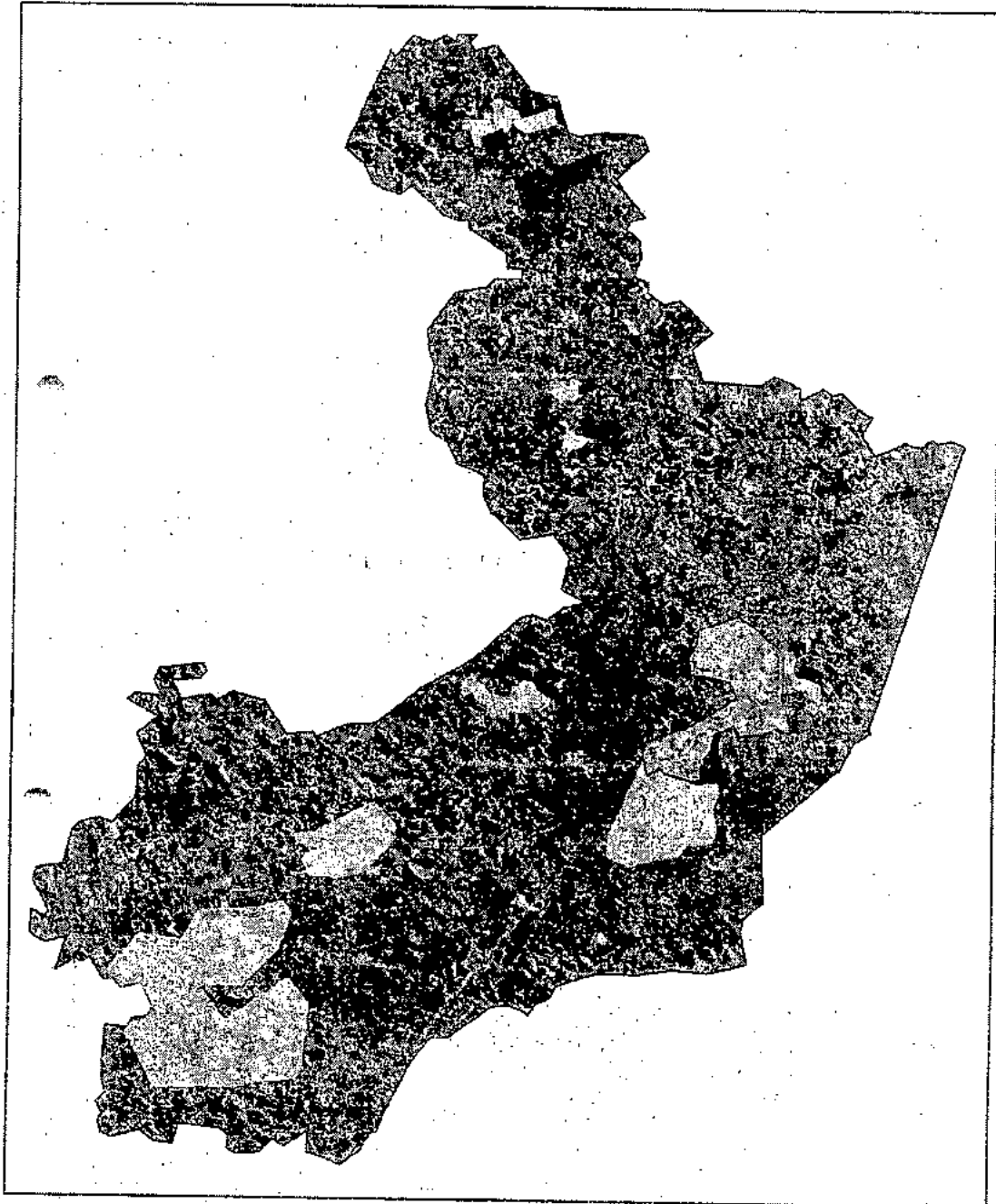
**ANDRÉ WILER SILVA FAGUNDES
PREFEITO**






PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO



ANEXO I
PLANTA DO MACROZONEAMENTO DO MUNICÍPIO DE NOVA
VENÉCIA-ES



MACROZONEAMENTO
MACROZONA RURAL 
MACROZONA URBANA 
MACROZONA AMBIENTAL 

ESCALA - 1:300.000



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



**ANEXO II
PLANTA DO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE NOVA VENÉCIA-ES,
SEDE DO DISTRITO DE GUARAREMA, SEDE DO DISTRITO DE SANTO
ANTÔNIO DO XV, PATRIMÔNIO DO BIS, CEDROLÂNDIA, BOA VISTA, ÁGUA
LIMPA, POÇÃO, CRISTALINO, SÃO GONÇALO E SÃO LUÍS REIS.**



Projeção Universal / Transversa de Mercatur – UTM
Datum Horizontal: SAD 69/ Minas Gerais
Datum Vertical: Marégrafo de Imbituba/ Santa Catarina
Origem da quilometragem: Equador e Meridiano de 39° W
Greenwich

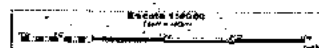


ESCALA GRÁFICA

DATA: JULHO/2023

MAPA: 01/11

**PERÍMETRO URBANO DA SEDE
DISTRITO DE NOVA VENÉCIA**





**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA-ES

**MEMORIAL DESCRITIVO PERÍMETRO URBANO – SEDE DO DISTRITO DE
NOVA VENÉCIA-ES**

Vértice	Coord. Norte	Coord. Este	Latitude	Longitude
0=PP	7933288,466	354227,851	18°41'11,664" S	40°22'56,406" W
1	7933829,937	353658,983	18°40'53,908" S	40°23'15,678" W
2	7934849,658	352492,571	18°40'20,444" S	40°23'55,215" W
3	7935495,748	351486,141	18°39'59,172" S	40°24'29,389" W
4	7934950,018	350057,601	18°40'16,555" S	40°25'18,288" W
5	7934649,274	349270,352	18°40'26,133" S	40°25'45,237" W
6	7933861,076	349165,880	18°40'51,744" S	40°25'49,017" W
7	7933065,540	348663,374	18°41'17,489" S	40°26'06,385" W
8	7932042,461	348871,582	18°41'50,820" S	40°25'59,559" W
9	7931986,353	349643,913	18°41'52,846" S	40°25'33,213" W
10	7931728,016	351077,551	18°42'01,619" S	40°24'44,348" W
11	7930792,808	351502,191	18°42'32,148" S	40°24'30,106" W
12	7929173,873	348950,081	18°43'24,146" S	40°25'57,665" W
13	7928125,458	346337,798	18°43'57,558" S	40°27'27,134" W
14	7927313,238	346155,694	18°44'23,928" S	40°27'33,578" W
15	7926308,403	346411,334	18°44'56,679" S	40°27'25,130" W
16	7926273,513	346574,417	18°44'57,858" S	40°27'19,572" W
17	7926325,701	346585,831	18°44'56,163" S	40°27'19,168" W
18	7926438,498	346715,570	18°44'52,529" S	40°27'14,707" W
19	7926622,389	347160,972	18°44'46,666" S	40°26'59,449" W
20	7926444,022	347335,571	18°44'52,513" S	40°26'53,537" W
21	7926384,032	347413,086	18°44'54,485" S	40°26'50,907" W
22	7925824,675	349257,065	18°45'13,163" S	40°25'48,102" W
23	7925862,751	349266,953	18°45'11,927" S	40°25'47,754" W
24	7925904,895	349291,150	18°45'10,563" S	40°25'46,916" W
25	7925936,114	349370,430	18°45'09,568" S	40°25'44,201" W
26	7925972,679	349423,554	18°45'08,393" S	40°25'42,377" W
27	7926076,633	349510,369	18°45'05,034" S	40°25'39,385" W
28	7926255,180	349540,580	18°44'59,234" S	40°25'38,304" W
29	7926399,846	349484,674	18°44'54,514" S	40°25'40,173" W
30	7926504,763	349436,928	18°44'51,089" S	40°25'41,775" W



PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO

31	7926555,102	349433,296	18°44'49,451" S	40°25'41,885" W
32	7926579,332	349450,993	18°44'48,667" S	40°25'41,274" W
Vértice	Coord. Norte	Coord. Este	Latitude	Longitude
33	7926616,635	349493,229	18°44'47,465" S	40°25'39,822" W
34	7926656,884	349526,133	18°44'46,165" S	40°25'38,688" W
35	7926777,141	349578,191	18°44'42,267" S	40°25'36,877" W
36	7926851,478	349624,415	18°44'39,861" S	40°25'35,279" W
37	7926971,906	349683,865	18°44'35,959" S	40°25'33,216" W
38	7927038,660	349694,669	18°44'33,791" S	40°25'32,829" W
39	7927079,596	349677,874	18°44'32,455" S	40°25'33,391" W
40	7927134,009	349656,934	18°44'30,679" S	40°25'34,092" W
41	7927175,393	349649,171	18°44'29,331" S	40°25'34,345" W
42	7927220,101	349658,789	18°44'27,880" S	40°25'34,005" W
43	7927255,628	349684,688	18°44'26,731" S	40°25'33,111" W
44	7927307,712	349764,055	18°44'25,057" S	40°25'30,387" W
45	7927382,301	349846,499	18°44'22,653" S	40°25'27,552" W
46	7927417,937	349862,626	18°44'21,498" S	40°25'26,991" W
47	7927540,430	349918,062	18°44'17,528" S	40°25'25,065" W
48	7927631,777	350007,879	18°44'14,580" S	40°25'21,974" W
49	7927759,676	350103,385	18°44'10,445" S	40°25'18,679" W
50	7927838,027	350129,029	18°44'07,903" S	40°25'17,782" W
51	7927969,699	350113,929	18°44'03,616" S	40°25'18,262" W
52	7928116,156	350128,387	18°43'58,856" S	40°25'17,728" W
53	7928188,941	350139,916	18°43'56,492" S	40°25'17,315" W
54	7928292,681	350166,315	18°43'53,124" S	40°25'16,385" W
55	7928381,808	350209,208	18°43'50,236" S	40°25'14,897" W
56	7928477,852	350277,722	18°43'47,130" S	40°25'12,532" W
57	7928583,678	350288,400	18°43'43,691" S	40°25'12,138" W
58	7928629,922	350301,747	18°43'42,190" S	40°25'11,670" W
59	7928683,667	350344,661	18°43'40,453" S	40°25'10,190" W
60	7928777,932	350464,782	18°43'37,418" S	40°25'06,064" W
61	7928819,729	350553,761	18°43'36,081" S	40°25'03,015" W
62	7928826,055	350697,345	18°43'35,913" S	40°24'58,112" W
63	7928844,730	350777,426	18°43'35,326" S	40°24'55,373" W
64	7928894,531	350848,609	18°43'33,724" S	40°24'52,929" W
65	7929010,142	350957,495	18°43'29,992" S	40°24'49,181" W
66	7929049,041	351129,767	18°43'28,771" S	40°24'43,289" W
67	7929192,781	351349,017	18°43'24,152" S	40°24'35,766" W
68	7928510,000	351750,000	18°43'46,464" S	40°24'22,261" W
69	7928660,000	353000,000	18°43'41,904" S	40°23'39,547" W
Vértice	Coord. Norte	Coord. Este	Latitude	Longitude

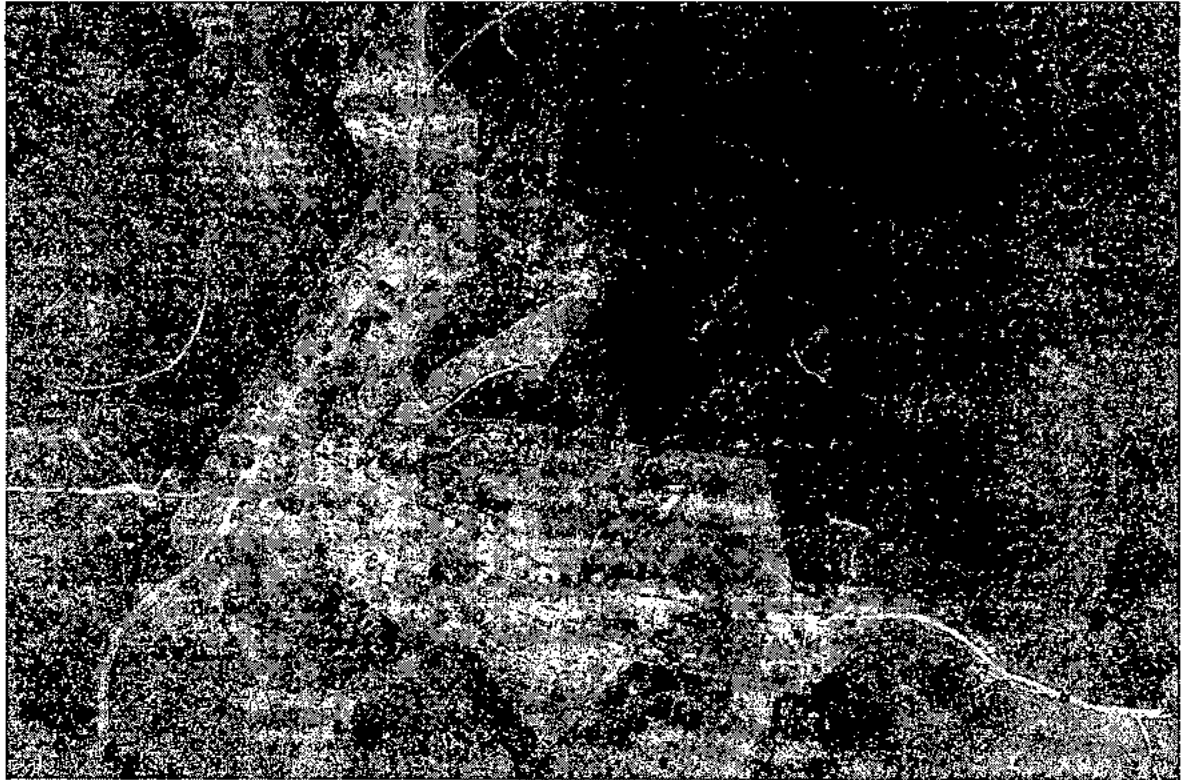


PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO

70	7929010,000	353740,000	18°43'30,707" S	40°23'14,191" W
71	7928740,000	354540,000	18°43'39,691" S	40°22'46,951" W
72	7928840,000	354620,000	18°43'36,458" S	40°22'44,193" W
73	7929052,240	354606,866	18°43'29,552" S	40°22'44,586" W
74	7929276,861	354525,252	18°43'22,225" S	40°22'47,313" W
75	7929516,116	354395,418	18°43'14,410" S	40°22'51,682" W
76	7929709,702	354651,539	18°43'08,177" S	40°22'42,887" W
77	7929770,628	354720,685	18°43'06,213" S	40°22'40,511" W
78	7930000,500	354880,725	18°42'58,776" S	40°22'34,987" W
79	7930150,629	354924,082	18°42'53,904" S	40°22'33,467" W
80	7930237,212	355061,358	18°42'51,122" S	40°22'28,759" W
81	7930404,831	354862,809	18°42'45,620" S	40°22'35,492" W
82	7930379,799	354553,827	18°42'46,357" S	40°22'46,046" W
83	7930493,842	354262,252	18°42'42,574" S	40°22'55,969" W
84	7930552,996	354172,746	18°42'40,627" S	40°22'59,009" W
85	7930695,791	354117,262	18°42'35,968" S	40°23'00,865" W



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



V.	Norte	Este	V.	Norte	Este	V.	Norte	Este
01	7917073.54	319300.06	08	7916507.36	319759.05	15	7916545.05	319150.11
02	7916919.86	319296.71	09	7916428.52	319668.55	16	7916440.57	319076.50
03	7916734.81	319205.87	10	7916462.80	319480.78	17	7916611.83	318956.28
04	7916732.95	319331.21	11	7916372.54	319385.19	18	7916719.81	319014.00
05	7916691.17	319624.45	12	7916427.19	319337.32	19	7916988.36	319184.96
06	7916554.69	319658.43	13	7916486.61	319298.65	20	7917092.44	319139.41
07	7916550.71	319752.77	14	7916498.36	319235.61	21	7917174.08	319189.59

Projeção Universal / Transversa de Mercatur – UTM
Datum Horizontal: SAD 69/ Minas Gerais
Datum Vertical: Marégrafo de Imbituba/ Santa Catarina
Origem da quilométragem: Equador e Meridiano de 39° W.
Greenwich:



ESCALA GRÁFICA

DATA: JULHO/2023

MAPA: 02/11

**PERÍMETRO URBANO DA SEDE
DISTRITO DE GUARAREMA**



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA-ES

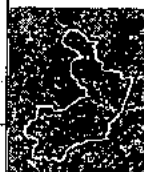


PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO



V.	Norte	Este	V.	Norte	Este	V.	Norte	Este
01	7954240.41	345375.97	07	7954428.29	345000.49	13	7954507.93	345426.57
02	7954282.92	345241.70	08	7954533.43	345064.47	14	7954564.61	345454.77
03	7954314.62	345170.03	09	7954533.95	345144.79	15	7954489.52	345477.57
04	7954285.64	345134.99	10	7954572.39	345202.49	16	7954407.62	345456.05
05	7954328.19	345075.36	11	7954582.11	345271.59			
06	7954343.58	344965.64	12	7954548.21	345322.61			

Projeção Universal / Transversa de Mercator – UTM
Datum Horizontal: SAD 69/ Minas Gerais
Datum Vertical: Marégrafo de Imbituba/ Santa Catarina
Origem da quilometragem: Equador e Meridiano de 39° W.
Greenwich



ESCALA GRÁFICA

DATA: JULHO/2023

MAPA: 03/11

**PERÍMETRO URBANO DA SEDE
DISTRITO
SANTO ANTÔNIO DO XV**



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA-ES



PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO



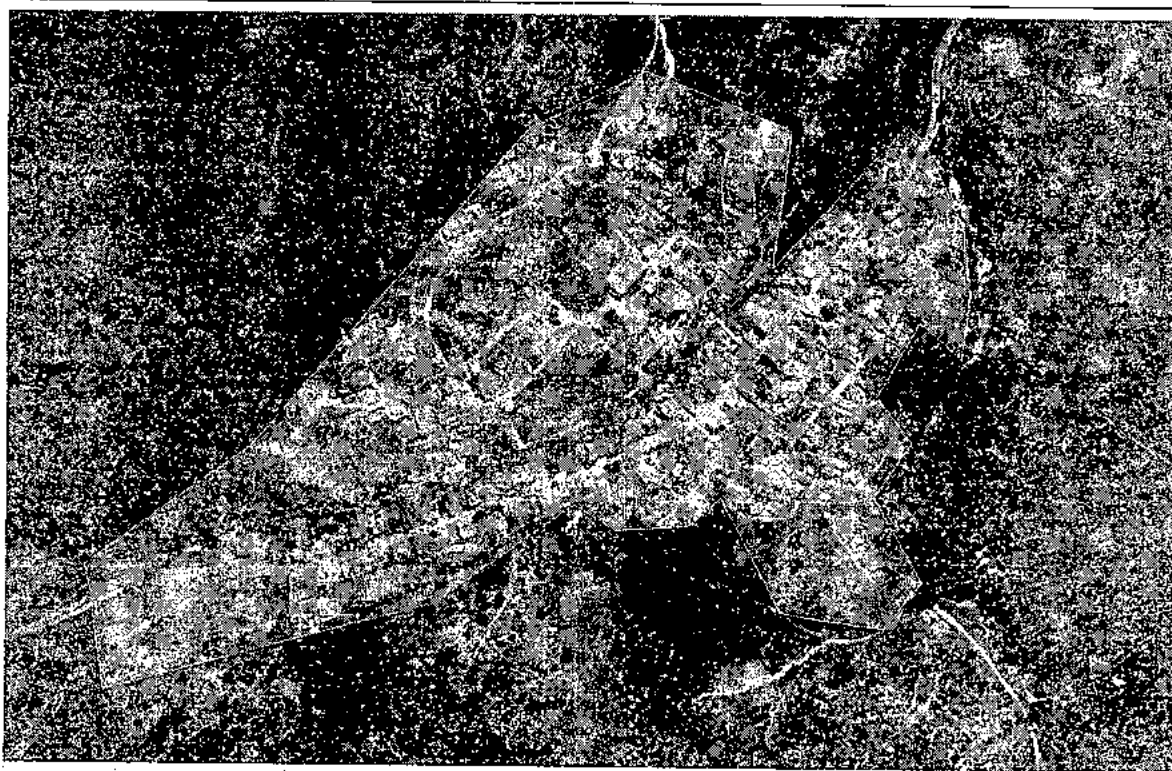
V.	Norte	Este	V.	Norte	Este	V.	Norte	Este
01	7947524.36	358966.00	08	7947298.66	358768.87	15	7947297.79	359028.51
02	7947603.47	358872.20	09	7947308.79	358801.39	16	7947409.94	359012.16
03	7947664.42	358730.45	10	7947288.93	358808.94	17	7947451.44	359004.08
04	7947500.02	358646.74	11	7947303.99	358834.68	18	7947470.26	358977.63
05	7947326.53	358551.86	12	7947349.78	358817.12	19	7947514.90	358978.52
06	7947333.84	358666.22	13	7947356.38	358863.37			
07	7947302.21	358704.11	14	7947249.25	358973.06			

Projeção Universal / Transversa de Mercator – UTM Datum Horizontal: SAD 69/ Minas Gerais Datum Vertical: Marégrafo de Imbituba/ Santa Catarina Origem da quilometragem: Equador e Meridiano de 39° W Greenwich			ESCALA GRÁFICA
			DATA: JULHO/2023
			MAPA: 04/11
PERÍMETRO URBANO PATRIMÔNIO DO BIS			
PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA-ES			

[Handwritten signature]

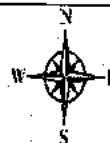
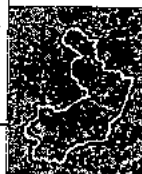


PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO



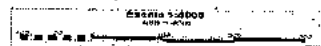
V.	Norte	Este	V.	Norte	Este	V.	Norte	Este
01	7919837.35	322450.31	09	7919352.19	322450.78	17	7919218.14	321534.72
02	7919745.60	322491.95	10	7919302.62	322406.57	18	7919352.46	321506.37
03	7919675.59	322500.86	11	7919317.66	322290.08	19	7919495.50	321691.47
04	7919598.64	322491.98	12	7919442.74	322221.22	20	7919848.15	322000.87
05	7919638.92	322441.69	13	7919412.06	322188.64	21	7919916.52	322127.74
06	7919561.23	322396.32	14	7919404.59	322104.71	22	7919851.19	322297.46
07	7919508.10	322437.91	15	7919432.62	322056.09	23	7919700.87	322277.66
08	7919446.67	322396.48	16	7919318.22	321902.85	24	7919865.32	322428.61

Projeção Universal / Transversa de Mercator – UTM
Datum Horizontal: SAD 69/ Minas Gerais
Datum Vertical: Marégrafo de Imbituba/ Santa Catarina
Origem da quilometragem: Equador e Meridiano de 39° W
Greenwich



ESCALA GRÁFICA
DATA: JULHO/2023
MAPA: 05/11

**PERÍMETRO URBANO
CEDROLÂNDIA**



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA-ES



PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO



V.	Norte	Este	V.	Norte	Este	V.	Norte	Este
01	7917672.99	315074.06	10	7917663.71	314196.41	19	7918438.31	314602.65
02	7917644.02	314957.91	11	7917763.47	314125.79	20	7918465.61	314663.51
03	7917755.97	314850.24	12	7918053.68	314369.04	21	7918483.06	314717.34
04	7918094.32	314636.66	13	7918128.00	314389.00	22	7918453.61	314726.23
05	7917888.74	314421.86	14	7918238.42	314446.73	23	7918417.62	314662.09
06	7917756.60	314300.62	15	7918349.42	314436.67	24	7918306.02	314803.41
07	7917675.76	314319.64	16	7918405.17	314501.39	25	7918179.91	314767.15
08	7917686.46	314287.00	17	7918490.32	314479.13	26	7918120.70	314847.29
09	7917719.35	314250.95	18	7918533.56	314508.85	27	7918080.49	314844.52

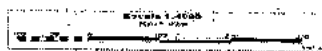
Projeção Universal / Transversa de Mercator – UTM
Datum Horizontal: SAD 69/ Minas Gerais
Datum Vertical: Marégrafo de Imbituba/ Santa Catarina
Origem da quilometragem: Equador e Meridiano de 39° W
Greenwich



ESCALA GRÁFICA

DATA: JULHO/2023

MAPA: 06/11

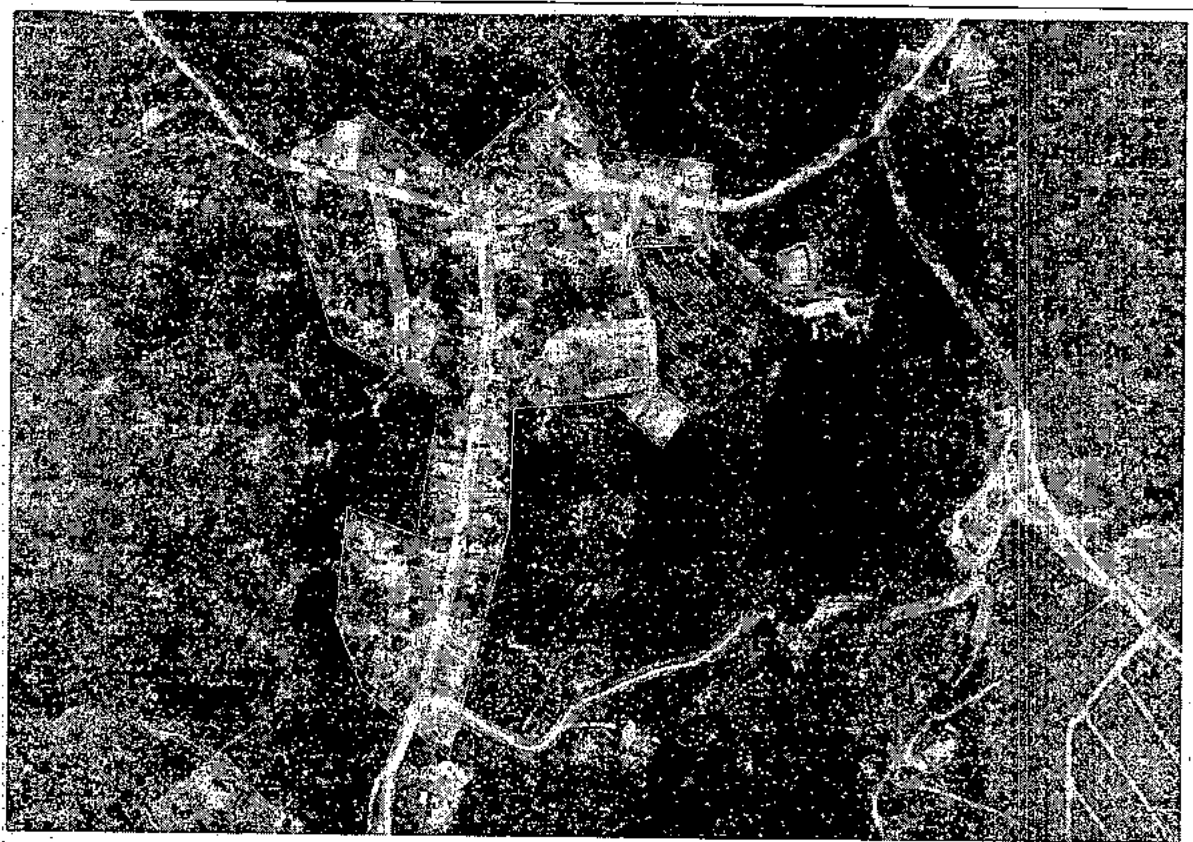


**PERÍMETRO URBANO
BOA VISTA**

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA-ES



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



V.	Norte	Este	V.	Norte	Este	V.	Norte	Este
01	7913029.20	324067.19	08	7912838.44	323919.18	15	7912845.89	323862.82
02	7912964.92	324057.84	09	7912751.57	323918.29	16	7912890.70	323781.01
03	7912965.54	324007.09	10	7912575.58	323875.88	17	7913025.80	323740.20
04	7912856.57	324029.35	11	7912626.13	323809.25	18	7913059.12	323802.32
05	7912844.31	324052.50	12	7912676.24	323786.55	19	7913022.58	323871.94
06	7912813.77	324029.26	13	7912767.26	323793.28	20	7913086.40	323951.49
07	7912853.60	323991.30	14	7912743.07	323846.07	21	7913033.27	323993.03

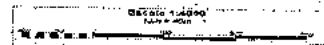
Projeção Universal / Transversa de Mercator – UTM
Datum Horizontal: SAD 69/ Minas Gerais
Datum Vertical: Marégrafo de Imbituba/ Santa Catarina
Origem da quilometragem: Equador e Meridiano de 39° W
Greenwich



ESCALA GRÁFICA

DATA: JULHO/2023

MAPA: 07/11



**PERÍMETRO URBANO
ÁGUA LIMPA**

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA-ES



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



V.	Norte	Este	V.	Norte	Este	V.	Norte	Este
01	7918433.45	334368.28	08	7918172.07	334287.32	15	7918213.03	334475.90
02	7918291.63	334335.25	09	7918105.47	334271.65	16	7918246.62	334398.08
03	7918289.03	334288.31	10	7918096.88	334314.01	17	7918306.82	334414.82
04	7918303.66	334235.11	11	7918067.84	334307.20	18	7918358.45	334458.21
05	7918269.73	334225.75	12	7918063.53	334336.35	19	7918394.62	334497.00
06	7918264.30	334249.20	13	7918177.61	334384.63	20	7918460.97	334430.49
07	7918185.28	334231.16	14	7918166.24	334459.48	21	7918428.55	334398.22

Projeção Universal / Transversa de Mercator – UTM Datum Horizontal: SAD 69/ Minas Gerais Datum Vertical: Marégrafo de Imbituba/ Santa Catarina Origem da quilometragem: Equador e Meridiano de 39° W Greenwich			ESCALA GRÁFICA
			DATA: JULHO/2023
			MAPA: 08/11
PERÍMETRO URBANO POÇO			
PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA-ES			



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

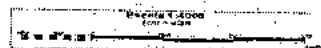


V.	Norte	Este	V.	Norte	Este	V.	Norte	Este
01	7922295.79	333964.87	08	7922401.16	333626.27	15	7922106.48	333612.91
02	7922399.07	333825.95	09	7922319.85	333624.78	16	7922111.91	333712.53
03	7922388.83	333771.69	10	7922315.20	333603.20	17	7922208.49	333734.37
04	7922482.40	333721.52	11	7922278.09	333597.80	18	7922175.18	333779.15
05	7922502.52	333680.89	12	7922282.76	333581.57	19	7922275.10	333885.48
06	7922442.74	333669.86	13	7922224.87	333555.06			
07	7922392.40	333668.58	14	7922177.85	333640.38			

Projeção Universal / Transversa de Mercator -- UTM
Datum Horizontal: SAD 69/ Minas Gerais
Datum Vertical: Marégrafo de Imbituba/ Santa Catarina
Origem da quilometragem: Equador e Meridiano de 39° W.
Greenwich



ESCALA GRÁFICA
DATA: JULHO/2023
MAPA: 09/11



**PERÍMETRO URBANO
CRISTALINO**

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA-ES

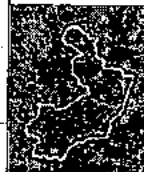


PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO



V.	Norte	Este	V.	Norte	Este	V.	Norte	Este
01	7930609.63	325980.76	08	7930279.07	326044.60	15	7930242.68	326220.01
02	7930554.82	326013.05	09	7930192.50	326060.89	16	7930349.16	326202.54
03	7930381.65	325891.82	10	7930076.59	326074.28	17	7930443.05	326147.45
04	7930333.63	325934.29	11	7930041.78	326132.48	18	7930518.84	326093.81
05	7930431.65	325997.12	12	7929919.74	326224.39	19	7930605.21	326062.78
06	7930438.56	326034.85	13	7929927.95	326251.32	20	7930644.45	326043.49
07	7930380.14	326072.95	14	7930114.59	326223.51	21	7930664.17	325995.30

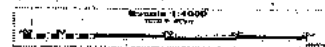
Projeção Universal / Transversa de Mercator – UTM
Datum Horizontal: SAD 69/ Minas Gerais
Datum Vertical: Marégrafo de Imbituba/ Santa Catarina
Origem da quilometragem: Equador e Meridiano de 39° W
Greenwich



ESCALA GRÁFICA

DATA: JULHO/2023

MAPA: 10/11

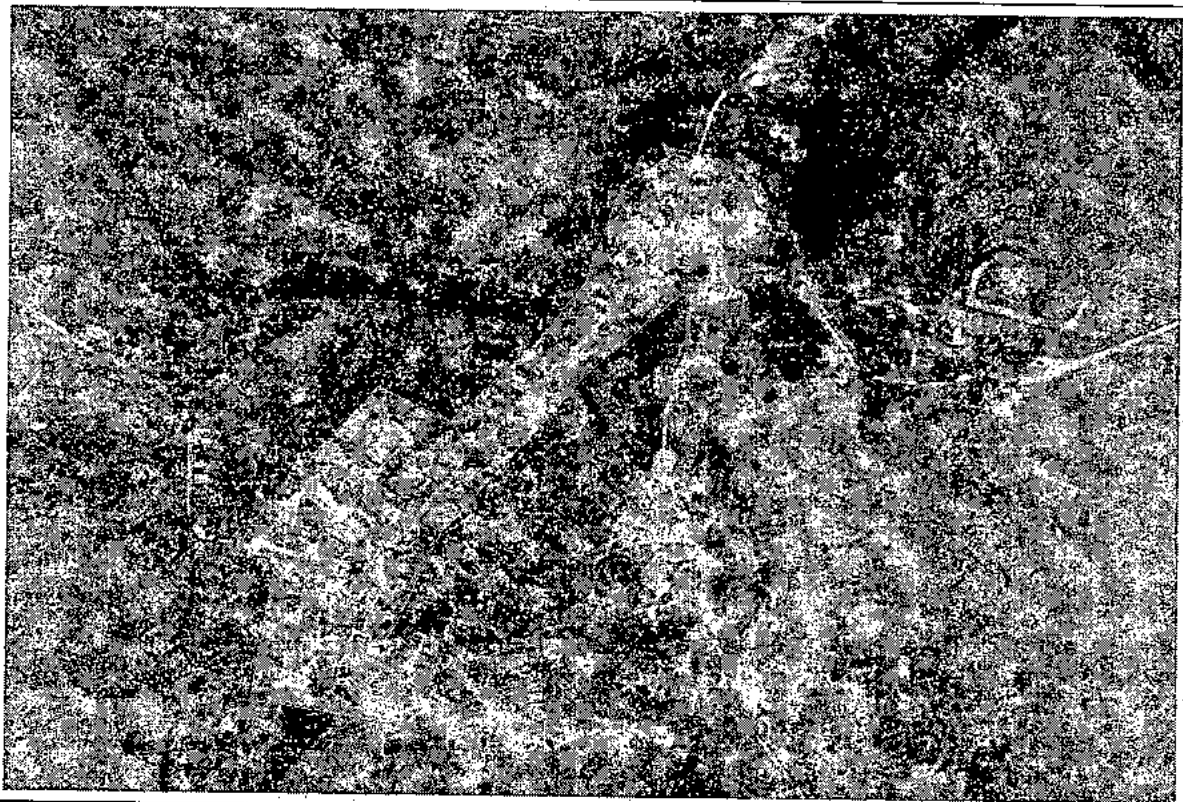


**PERÍMETRO URBANO
SÃO GONÇALO**

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA-ES

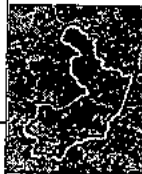


**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



V.	Norte	Este	V.	Norte	Este	V.	Norte	Este
01	7955276.75	339646.52	08	7954926.69	339310.55	15	7955167.42	339666.79
02	7955247.04	339596.59	09	7954809.33	339293.86	16	7955187.03	339714.02
03	7955159.35	339569.35	10	7954789.58	339447.87	17	7955234.27	339722.78
04	7955108.63	339527.62	11	7954839.50	339452.67	18	7955255.14	339713.65
05	7955043.18	339458.19	12	7954869.07	339414.36	19	7955275.19	339669.10
06	7955070.04	339396.26	13	7954946.50	339449.23			
07	7954934.66	339268.01	14	7955091.14	339574.70			

Projeção Universal / Transversa de Mercator – UTM
Datum Horizontal: SAD 69/ Minas Gerais
Datum Vertical: Marégrafo de Imbituba/ Santa Catarina
Origem da quilometragem: Equador e Meridiano de 39° W
Greenwich

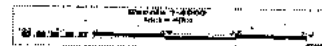


ESCALA GRÁFICA

DATA: JULHO/2023

MAPA: 11/11

**PERÍMETRO URBANO
SÃO LUÍS REIS**



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA – ES



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente;

Senhores Vereadores;

Temos a honra de submeter à elevada consideração desse Colendo Poder Legislativo o presente projeto de lei que institui o novo Plano Diretor Municipal – PDM – de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, instrumento básico da política de desenvolvimento sustentável.

A presente propositura tem como objetivo conduzir o desenvolvimento da cidade da forma mais planejada possível. É preciso que o processo de revisão do plano diretor ocorra de forma ordenada, responsável, pensando na cidade de forma sustentável, preocupando-se também com o meio ambiente, para que possamos ter uma cidade cada vez mais desenvolvida, humana e atrativa para todos os segmentos, a fim de que as pessoas tenham interesse em investir e residir no município.

Para proceder com a presente revisão legislativa foi instaurada Comissão Extraordinária que trabalhou o novo Plano Diretor pensou ideias para construir um município atrativo, fornecendo respostas corretas as demandas que foram apresentadas, citando-se que a proposta de uma cidade sustentável é quando se consegue pensar e conciliar o fluxo de trânsito, o saneamento básico e se integrar a iniciativa privada e o Poder Público em prol do crescimento do Município.

Alguns temas foram obrigatoriamente contemplados no documento: o estabelecimento de diretrizes e instrumentos para o cumprimento da função social da propriedade, em atendimento às disposições do Estatuto da Cidade; a delimitação das áreas urbanas onde poderão ser aplicados o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios,



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**

considerando a existência de infraestrutura e de demanda para utilização, disposições necessárias para aplicação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade; sistema de acompanhamento e controle.

Tomada por base a Lei Municipal n.º 3.487 de 28 de novembro de 2018, que revisou o Plano Diretor do Município de Nova Venécia, foi inserido o item do diagnóstico socioambiental no entorno de cursos de água, princípios relacionados ao desenvolvimento rural, ambiental e tecnológico, relacionado a economia e desenvolvimento verde, princípios relacionados ao patrimônio cultural, a preservação paisagística e ambiental, princípios relacionados a promoção de atividades rurais e turísticas, princípio voltado a educação ambiental.

Revisada o texto da lei para implementar e estruturar a guarda municipal, inserido inciso relacionado ao meio ambiente e energia limpa e política reversa, inserido no artigo 31 texto relacionado a substituição da iluminação pública atual para iluminação mais eficiente e econômica.

Verificado a necessidade de incluir o rochedo da Comunidade de Cristalino no rol do artigo 25. Inserido a diretriz de implantar moradias populares aos moradores de baixa renda com prioridade de uso de energias renováveis; no artigo 33 a diretriz priorizar a adequação da infraestrutura viária rural com técnicas conservacionistas; promover a mobilidade urbana como instrumento de inclusão social e desenvolvimento econômico e ambiental, priorizar a disponibilização de ciclovias em toda extensão do município. Inserido no artigo 34 as diretrizes de incentivar acessibilidade as pessoas portadoras de necessidades especiais no uso das vias públicas e promover políticas de estacionamento como indutora de transporte coletivo no espaço público e acesso igualitário de mobilidade.

No artigo 35, inserido texto voltado a garantir espaços públicos de convivência e lazer que contemplem áreas verdes e conseguir práticas de esportes ao ar livre. No artigo 35 as concessionárias devem manter zonas de segurança assim como garantir níveis de propagação de ondas magnéticas confiáveis ao meio condutor.



**PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA
GABINETE DO PREFEITO**



Sobre o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, revisto o texto da lei para possibilitar que o Conselho aprecie recursos em temas relacionados ao desenvolvimento urbano. Revista a redação do artigo 137 para alterações em 10 anos.

Por fim a presente propositura busca a inclusão dos perímetros dos povoados de Água Limpa, Poção, Cristalino, São Gonçalo, São Luís Reis, como perímetro urbano do Município de Nova Venécia.

Feitas essas ponderações e, ciente de que o Projeto de Lei ora apresentado está em consonância com a legislação em vigor, estamos convictos de que Vossas Excelências saberão reconhecer a sua relevância, requeremos o apoio dos nobres Vereadores para aprovação da presente propositura.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar aos Nobres Edis, os nossos sinceros protestos de elevado apreço.

É a justificativa.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA VENÉCIA – ES, 11 DE AGOSTO DE 2023.

ANDRÉ WILER SILVA FAGUNDES

PREFEITO